



protcentro

plano regional do ordenamento
do território do **centro**

DESENVOLVIMENTO RURAL

MAIO 2008



**Estudo realizado para a Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Centro no âmbito do
“Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro”**

Carlos Amaral
Fernando Oliveira Baptista (ISA) - Coordenador
Fernando Lourenço (ISA)
Joaquim Cabral Rolo (L - INIA/INRB, I.P.)

Instituto Superior de Agronomia – Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural
Tapada da Ajuda — 1349 – 017 Lisboa
Tel: 351 213653472 Fax: 351 213620743 E-mail: fobaptista@isa.utl.pt e asilva@isa.utl.pt

Concepção gráfica da publicação e organização do texto: *Ana Maria Moreira da Silva*

ÍNDICE

I. DA AGRICULTURA AO TERRITÓRIO	1
1. População rural e actividade económica	1
1.1 – População rural: densidade e evolução	1
1.2 – População rural e população residente	2
1.3 – População rural: principal meio de vida e taxa de actividade	2
1.4 – A agricultura, a floresta e as economias rurais.....	4
1.5 – Actividade económica da população rural.....	5
2. Utilização do espaço.....	8
2.1 – Agricultura, explorações agrícolas e produção agrícola e florestal	8
2.2 – O meio é um campo de possibilidades	10
2.3 – Factores que condicionam a utilização do território	11
II. DESENVOLVIMENTO RURAL E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	12
1. O declínio do modelo actual	12
2. Prioridades para o desenvolvimento rural.....	12
2.1 – Articulação com os sistemas urbanos. Acessibilidades e mobilidade da população.....	12
2.2 – Serviços de interesse geral	12
2.3 – Actividades económicas	13
3. Construir o desenvolvimento rural.....	13
4. A situação das zonas de baixa densidade	15
5. O desenvolvimento local ou o local como nível de desenvolvimento	16
III. AGRICULTURA E FLORESTA	17
1. Introdução	17
2. Agricultura.....	18
2.1 – Agricultura: “fileiras estratégicas”	18
2.2 – Agricultura: áreas irrigáveis e não aproveitadas com “fileiras estratégicas”	18

3. Floresta	33
3.1 – Floresta: ocupação florestal e potencial produtivo	33
3.2 – Floresta: aplicação das políticas e objectivos a atingir	33
ANEXOS	41
Anexo 1. Nota metodológica sobre a utilização do espaço	41
Anexo 2. Metodologia de estabelecimento da extensão das actividades agroflorestais “estratégicas” ao nível das freguesias da R. Centro (PROT-Centro)	47
Anexo 3. Nota sobre o potencial produtivo das espécies florestais segundo os PROF	49

I. DA AGRICULTURA AO TERRITÓRIO

1. População rural e actividade económica

1.1 - População rural: densidade e evolução

- ◆ Considerou-se como população rural a população residente isolada e a que vive em aglomerados com menos de dois mil habitantes.
- ◆ Calculou-se a densidade rural dividindo a população rural pela área não urbana.
- ◆ Densidade rural x evolução da população (Continente, Centro e NUT III).

Densidade rural (habitantes/km ²)	Variação da população rural 2001/91		
	Em crescimento ou estabilizada > -2,5%	Em decréscimo	
		< -2,5% a > -10,0%	< -10,0%
Alta (> 80)	Baixo Vouga Baixo Mondego Pinhal Litoral		
Média (> 25 a < 80)	<i>Centro</i> Cova da Beira Dão-Lafões	<i>Continente</i> Pinhal Interior Norte	Serra da Estrela
Baixa (< 25)			Beira Interior Norte Beira Interior Sul Pinhal Interior Sul

- ◆ Depois de uma forte quebra da população rural nas décadas anteriores, nomeadamente na de 1991/81, em todas as NUT III, verifica-se que em cinco delas se regista agora, 2001/91, uma estabilização ou mesmo um acréscimo. Ou seja, tende a estabelecer-se uma situação social e económica que não leva a uma saída de população.
- ◆ Nas outras cinco NUT III, em especial em quatro delas, verifica-se ainda uma forte quebra de população rural.

1.2 - População rural e população residente

- ◆ Percentagem da população rural na população residente.

< 50%	> 50% a < 60%	> 60% a < 75%	> 75%
<i>Continente</i>	Baixo Mondego	<i>Centro</i>	Pinhal Interior Norte
	Cova da Beira	Baixo Vouga	Serra da Estrela
	Beira Interior Sul	Pinhal Litoral	Dão-Lafões
		Beira Interior Norte	Pinhal Interior Sul

- ◆ Na Região Centro o peso da população rural é mais acentuado do que na média do Continente.
- ◆ A vida e a economia da maior parte da população da Região Centro decorrem em aglomerados de pequena dimensão que, em cinco NUT III, registam dinâmicas demográficas positivas.

1.3 - População rural: principal meio de vida e taxa de actividade

◆	Percentagem da população com mais de quinze anos que tem o trabalho como principal meio de vida				
	> 45%	> 40% a < 45 %	> 35% a < 40%	> 30% a < 35%	< 30%
<i>Continente</i>	U	R			
<i>Centro</i>	U		R		
Baixo Vouga	U/R				
Baixo Mondego	U	R			
Pinhal Litoral	U	R			
Pinhal Interior Norte	U		R		
Serra da Estrela		U		R	
Cova da Beira		U	R		
Dão-Lafões		U	R		
Beira Interior Norte	U			R	
Beira Interior Sul	U				R
Pinhal Interior Sul	U			R	

U = população urbana; **R** = população rural

◆	Percentagem da população com mais de quinze anos que tem as pensões/reformas como principal meio de vida				
	< 20%	> 20% a < 25 %	> 25% a < 30%	> 30% a < 35%	> 35%
<i>Continente</i>	U	R			
<i>Centro</i>	U		R		
Baixo Vouga	U/R				
Baixo Mondego	U	R			
Pinhal Litoral	U	R			
Pinhal Interior Norte	U			R	
Serra da Estrela		U		R	
Cova da Beira		U	R		
Dão-Lafões	U	R			
Beira Interior Norte	U				R
Beira Interior Sul	U				R
Pinhal Interior Sul	U				R

U = população urbana; **R** = população rural

◆	Percentagem da população activa na população residente (2001)				
	> 55%	> 50% a < 55 %	> 45% a < 50%	> 40% a < 45%	> 35% a < 40%
<i>Continente</i>	U		R		
<i>Centro</i>	U		R		
Baixo Vouga	U		R		
Baixo Mondego		U	R		
Pinhal Litoral	U		R		
Pinhal Interior Norte		U		R	
Serra da Estrela		U		R	
Cova da Beira		U		R	
Dão-Lafões		U		R	
Beira Interior Norte		U			R
Beira Interior Sul		U			R
Pinhal Interior Sul		U			R

- ◆ A população rural tem, de um modo geral, menor participação na actividade económica e está mais dependente das transferências de rendimentos, do que a população urbana. Esta constatação verifica-se no interior de cada NUT III.
- ◆ Tem, em particular, de se destacar a grande fragilidade, neste plano, da população rural do Pinhal Interior Norte e da Serra da Estrela, mas sobretudo da Beira Interior Norte, da Beira Interior Sul e do Pinhal Interior Sul.

1.4 - A agricultura, a floresta e as economias rurais

◆ Peso económico da agricultura e da floresta.

Percentagem do VAB Agrícola + Florestal no VAB total	Percentagem da população rural activa empregada na agricultura e na floresta		
	> 5% a ≤ 10%	> 10% a ≤ 15%	> 15% a ≤ 20%
< 5%	<i>Continente</i>		
	<i>Centro</i>		
	Baixo Vouga		
	Baixo Mondego		
	Pinhal Litoral		
> 5% a < 10%	Serra da Estrela	Cova da Beira	
	Pinhal Interior Norte	Dão-Lafões	
> 10% a < 12%			Beira Interior Norte Beira Interior Sul Pinhal Interior Sul

- ◆ A relevância económica da agricultura e da floresta não é preponderante em nenhuma das NUT III da Região Centro. Mesmo na Beira Interior Norte, na Beira Interior Sul e no Pinhal Interior Sul, onde o peso no emprego ainda se situa entre os 15% e os 20%, o nível da riqueza criada não excede os 12%.
- ◆ A agricultura e a floresta já não unificam a população rural com o espaço, nem elas próprias coincidem agora com este último. Onde antes havia uma questão (agricultura/floresta ≡ rural ≡ espaço), há agora três dimensões distintas: agricultura/floresta; rural e espaço (só parcialmente ocupado pelas actividades produtivas agricultura e floresta).
- ◆ À debilidade desta presença, tem de se acrescentar que uma larga parte das áreas florestal e agrícola não tem uma orientação produtiva e que, relativamente a esta última, a gestão desta parte visa sobretudo maximizar subsídios que, seguramente, não se vão manter a médio prazo.

◆ Peso social (ideológico e político) da agricultura.

Percentagem da população dos agregados domésticos de que um dos elementos é titular de uma exploração agrícola em relação à população rural			
> 20% a < 30%	> 30% a < 40%	> 40% a < 50%	> 50% a < 61%
<i>Continente</i>	<i>Centro</i>	Cova da Beira	Beira Interior Norte
Baixo Vouga	Dão-Lafões		Beira Interior Sul
Baixo Mondego	Serra da Estrela		Pinhal Interior Sul
Pinhal Litoral			
Pinhal Interior Norte			

- ◆ O peso social da agricultura tem, em todas as NUT III, uma expressão superior à sua importância económica. Este panorama é particularmente intenso nas Beiras Interiores e no Pinhal Interior Sul, mas tem também grande relevo na Cova da Beira, no Dão-Lafões e na Serra da Estrela. Mesmo nas outras quatro NUT III o peso social é assinalável.
- ◆ Este indicador permite compreender como o peso social da agricultura influi no “mercado de votos”, nas representações sobre o desenvolvimento e, sobretudo, como tem favorecido a consolidação dos interesses agrícolas a nível regional e local, dificultando a emergência de instituições e organizações capazes de suportarem alternativas.

1.5 - Actividade económica da população rural

- ◆ Percentagem da população rural activa empregada no conjunto da indústria transformadora (CAE D) e dos serviços mercantis⁽¹⁾.

≥ 40% a < 50%	≥ 50% a < 60%	≥ 60%
Dão-Lafões	<i>Continente</i>	Baixo Vouga
Pinhal Interior Norte	<i>Centro</i>	Pinhal Litoral
Beira Interior Norte	Baixo Mondego	
Beira Interior Sul	Serra da Estrela	
Pinhal Interior Sul	Cova da Beira	

(1) Serviços Mercantis = CAE G (Comércio por grosso e a retalho,...) + H (Alojamentos e restauração) + I (Transportes,...) + J (Actividades financeiras) + K (Actividades imobiliárias,...)

◆ Percentagem da população rural activa empregada na construção (CAE F).

$\geq 12\%$ a $< 15\%$	$> 15\%$ a $< 20\%$	
Baixo Vouga	<i>Continente</i>	<i>Centro</i>
Beira Interior Norte	Baixo Mondego	Pinhal Litoral
	Pinhal Interior Norte	Serra da Estrela
	Cova da Beira	Dão-Lafões
	Beira Interior Sul	Pinhal Interior Sul

◆ Percentagem da população rural activa empregada no conjunto dos serviços de educação (CAE M), de saúde (CAE N) e Administração Pública (CAE L).

$> 10\%$ a $< 15\%$	$> 15\%$ a $< 21\%$	
<i>Continente</i>	<i>Centro</i>	Baixo Mondego
Baixo Vouga	Serra da Estrela	Pinhal Interior Norte
Pinhal Litoral	Cova da Beira	Beira Interior Norte
	Dão-Lafões	Beira Interior Sul
		Pinhal Interior Sul

- ◆ São sobretudo a indústria transformadora e os serviços mercantis que estruturam a actividade económica da população rural da Região Centro. Esta presença é particularmente relevante no Baixo Vouga, no Pinhal Litoral, na Cova da Beira, na Serra da Estrela e no Baixo Mondego.
- ◆ A presença da construção e do conjunto dos serviços de educação, saúde e Administração Pública, situa-se, em todas as NUT III, entre os 10% e os 21%.
- ◆ Como é evidente as economias rurais não agrícolas são muito diferenciadas no conjunto da Região Centro. De qualquer modo, mesmo nas zonas de baixa densidade, em perda de população, com uma alta percentagem de inactivos, estas economias têm uma existência que não pode ser omitida. O exemplo de Montes da Senhora ajuda a concretizar este ponto¹. É uma freguesia do Pinhal Interior Sul, com uma população de 925 habitantes, repartidos por

¹ Ciel Rodrigues e Carina Esteves Preto, *Montes da Senhora (Proença-a-Nova). População, Valor Acrescentado Bruto, Explorações agrícolas, Entidades – caracterização*, Projecto AGRIS Pinhal Interior Sul – Dinamização do Desenvolvimento Local, Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural/Instituto Superior de Agronomia, 2006, 77 p.

14 lugares. Nesta freguesia existem 63 unidades económicas com actividades nas áreas da indústria e dos serviços que asseguram um posto de trabalho a 164 pessoas. Destas 63 unidades, 49 são privadas, das quais 10 patronais com 57 trabalhadores e 39 familiares com 81 postos de trabalho. As restantes são públicas, de carácter associativo, cultural ou religioso. No seu conjunto, são 14 e têm 26 trabalhadores. Apurou-se ainda o mercado (freguesia/local, concelho ou outro/mais alargado) de que depende principalmente a actividade de cada uma das unidades. O quadro resume os resultados:

	Mercado		
	Freguesia	Concelho	Outro
Número de unidades	27	7	29
Número de trabalhadores	49	13	102

Convém ainda referir que a procura no mercado local é assegurada pelos residentes, pelos visitantes ligados aos “alojamentos de uso sazonal ou secundário” e pelos visitantes, em número crescente, que percorrem a freguesia em busca de *amenidades rurais* e que, geralmente, se alojam num centro urbano próximo da freguesia.

Outro exemplo é o concelho de Vouzela, que integra a NUT III Dão-Lafões. Nas duas últimas décadas a sua estrutura socioeconómica tem vindo a alterar-se e a adaptar-se à profunda transformação sofrida pela perda de importância económica da actividade agrícola e pela redução drástica do emprego agrícola. Esta transformação, embora com fragilidades e bloqueios, tem vindo a consolidar-se, assente em factores exógenos mas sobretudo em elementos endógenos tanto no plano económico, como nos níveis social e institucional.

Resta acrescentar que o concelho de Vouzela tem quase doze mil habitantes mas nenhuma das suas doze freguesias tem mais de dois mil habitantes².

- ◆ A informação estatística, dado o nível geográfico a que é divulgada e os critérios com que é recolhida, contribui para não dar visibilidade a estas economias locais.

² Cf. J.F. Ferragolo da Veiga, Fernando Lourenço e Vítor Barros, *Caracterização socioeconómica da população e do espaço – Ventosa*, Projecto AGRO 62, Lisboa, Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural/Instituto Superior de Agronomia, 2006, 38 p.

2. Utilização do espaço

2.1 - Agricultura, explorações agrícolas e produção agrícola e florestal

Tradicionalmente o objectivo da agricultura era a produção de alimentos e de outros vegetais e animais utilizados pela sociedade. Este objectivo cumpria-se em unidades definidas, legal, económica e estatisticamente, como explorações agrícolas. Havia, assim, uma correspondência entre agricultura, produção agrícola e explorações agrícolas.

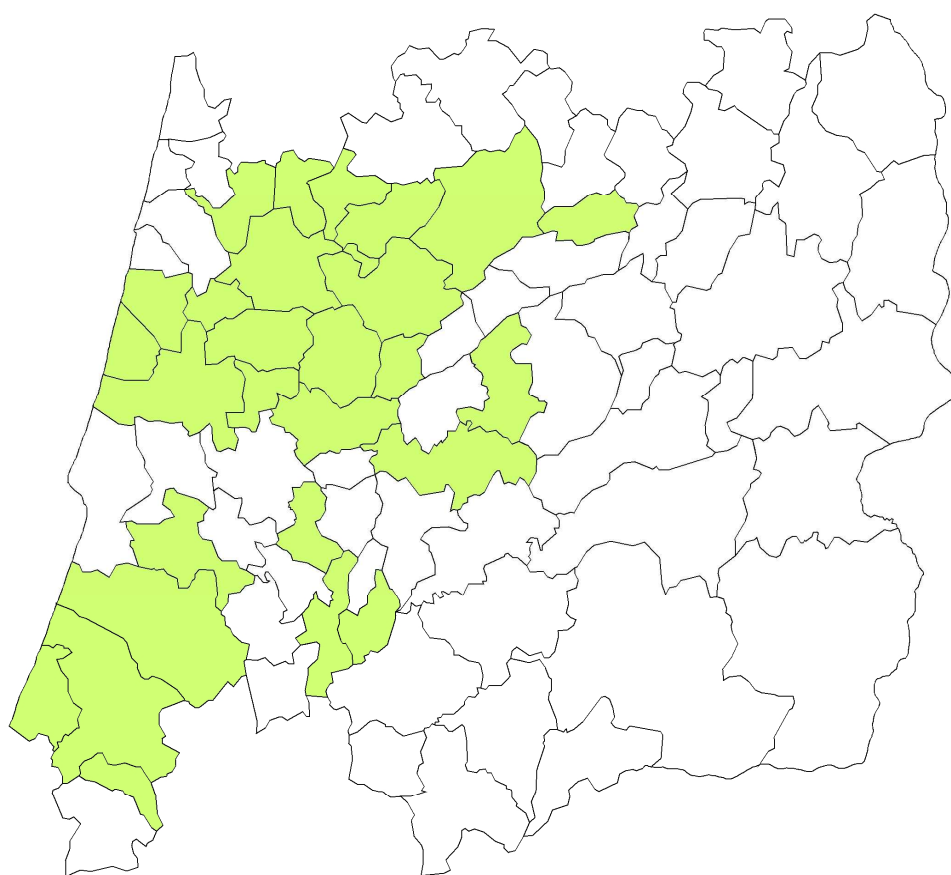
Esta equivalência já não se ajusta à situação actual:

- a) a área de produção agrícola, social e economicamente necessária, restringiu-se consideravelmente, embora aumentando as quantidades produzidas;
- b) o espaço que agora sobra desta produção continua, em grande parte, integrado em explorações agrícolas;
- c) esta evolução tem vindo a ser acompanhada pela defesa da importância social da agricultura (e das explorações agrícolas), não só em termos da produção, social e economicamente necessária, mas também em nome da multifuncionalidade, nomeadamente das áreas não integradas na produção;
- d) a propósito da multifuncionalidade convém referir que, como é hoje amplamente aceite, há necessidade de assegurar uma gestão, nomeadamente ambiental, tanto das áreas utilizadas para a produção agrícola e florestal, como das que estão incultas ou dedicadas a outros usos. Esta gestão deve abranger o conjunto do território, esteja ou não integrado em explorações agrícolas, e tem de se organizar em torno da noção de serviço ambiental, abandonando formações genéricas e imprecisas associadas, actualmente, ao apelativo multifuncionalidade. Ou seja, têm que se definir os padrões de gestão ambiental, estejam ou não as áreas integradas em explorações agrícolas.

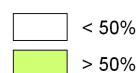
Conclui-se portanto, que a agricultura (entendida como o conjunto das explorações agrícolas) se reparte actualmente pela produção agrícola e por outros usos do solo. Estes têm também expressão fora do seu âmbito. Assim, na perspectiva do desenvolvimento rural, dadas as funções que a sociedade espera da utilização do

território, as categorias mais adequadas para ler o espaço agro-florestal são: produção agrícola e florestal; outras utilizações.

Calculou-se, assim, ao nível de concelho, um indicador³ relativo à percentagem da área dos espaços agro-florestais dedicada à produção agrícola e florestal. Os resultados, como mostra o mapa, põem em evidência que na maior parte dos concelhos da Região Centro prevalecem, actualmente, os espaços agro-florestais sem função produtiva.



**Produção agrícola e florestal
no espaço agro-florestal**



³ Ver no anexo 1 a “Nota metodológica sobre a utilização do espaço”.

2.2 – O meio é um campo de possibilidades

- ◆ Não há um determinismo produtivo do meio (agricultura ou floresta) (ver caixa “Nota sobre as características do meio determinante da agricultura”).
- ◆ As paisagens agrárias têm a sua própria historicidade e não podem tomar-se como realidades imutáveis.
- ◆ O meio é um campo de possibilidades, em cuja utilização podem não coincidir o potencial produtivo e o critério económico de utilização.
- ◆ Limitações a considerar (ambientais e outras).
- ◆ Código de utilização (boas práticas).

Nota sobre as características do meio como determinante da agricultura

No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a Agronomia teve, em Portugal, um período em que o reconhecimento e a avaliação do meio se intensificaram com base nos conhecimentos científicos da época. Um dos grandes objectivos destes trabalhos era *inferir* ou, como Ferreira Lapa preferia, *deduzir* as implicações dos factores do meio na agricultura.

A conclusão foi, com relativa unanimidade, que num contexto de “franco e livre comércio”, a vantagem do país se concentrava, sobretudo, nas lenhosas, arbustivas e horticultura. Sertório do Monte Pereira, um dos mais destacados agrónomos da época, declarava mesmo, em 1900, que “...Portugal poderia abandonar, ou pelo menos restringir consideravelmente a cultura cerealífera, para alargar a exploração de plantas lenhosas,...”.

Face, no entanto, à política proteccionista para o trigo, que se consolidou desde os últimos anos do século XIX, o mesmo Sertório do Monte Pereira, que interveio activamente na institucionalização desta política, justificava em 1908: “... os interesses superiores da alimentação pública, do trabalho nacional e de valorização do solo impõem a continuação e mesmo o desenvolvimento das culturas cerealíferas...”.

Esta orientação, consolidou interesses, moldou a cultura técnica e persistiu no tempo, sempre associada ao protecționismo dos cereais. Décadas mais tarde, quando, por interpretação da *Carta de solos*, se elaborou a *Carta de capacidade de uso do solo*, a opção política antes justificada por Sertório do Monte Pereira, foi consagrada como argumento técnico ao tomar-se a cultura cerealífera como referencial para avaliar a capacidade de uso.

Este exemplo evidencia, por um lado, como a própria leitura das implicações do meio na produção, está condicionada pelo referencial com que é feita: “livre comércio”, num primeiro momento; protecționismo, no outro. Por outro lado, mostra como os próprios instrumentos de leitura do meio podem estar contaminados por estes referenciais.

2.3 – Factores que condicionam a utilização do território

- ◆ Mercados
 - agrícolas e florestais
 - turísticos
 - de actividades territoriais
 - de serviços ambientais
 - residenciais
 - outros

- ◆ Políticas
- ◆ Agentes institucionais
- ◆ Agentes económicos
- ◆ Tecnologias
- ◆ Quadro legal

II. DESENVOLVIMENTO RURAL E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

1. O declínio do modelo actual

- ◆ As estruturas agrárias já não são a base do desenvolvimento rural.
- ◆ “Terminou” o ciclo das infra-estruturas e dos equipamentos locais.

2. Prioridades para o desenvolvimento rural

2.1 – Articulação com os sistemas urbanos. Acessibilidades e mobilidade da população

- ◆ O desenvolvimento das zonas rurais depende crescentemente da articulação destas com os sistemas urbanos e da criação de condições para uma maior fluidez no modo como as economias rurais se inserem no sistema económico.
- ◆ Melhorar as acessibilidades (vias de comunicação e tecnologias da informação e da comunicação).
- ◆ Assegurar a mobilidade da população e dos bens, nomeadamente dos produtos agrícolas (serviços de transporte no meio rural).

2.2 – Serviços de interesse geral

- ◆ Um nível satisfatório de serviços de interesse geral (saúde, educação, transportes, água, electricidade, telecomunicações, apoio às famílias,...) deve ser assegurado em todos os territórios rurais, segundo os princípios da universalidade, qualidade e acessibilidade.
- ◆ Este nível de serviços é condição indispensável para:
 - assegurar a coesão territorial (igualdade de oportunidades dos territórios);
 - assegurar a coesão social (igualdade de oportunidades dos cidadãos);
 - favorecer o desenvolvimento da actividade económica.

2.3. Actividades económicas

- ◆ Favorecer a valorização e exploração económica dos recursos e das amenidades rurais (relação com a natureza, paisagens, património histórico e construído, gastronomia, manifestações culturais, energias renováveis,...). A diversidade das zonas rurais.
- ◆ Apoiar e fortalecer as economias rurais não agrícolas, privilegiando:
 - as unidades (empresários e famílias) já existentes;
 - a instalação de pequenas e médias empresas, em domínios como: valorização económica dos recursos e das amenidades rurais; indústria agro-alimentar; empresas de distribuição; hotelaria e restauração; prestação de serviços ambientais e agro-rurais;...
- ◆ Favorecer as dinâmicas residenciais (temporárias e sazonais, segunda habitação, novos residentes).
- ◆ Fortalecer e desenvolver os ramos da agricultura e da floresta considerados “estratégicos” (ver o ponto III).

3. Construir o desenvolvimento rural

- ◆ *Aplicação das políticas.* Promover uma aplicação convergente das políticas com uma perspectiva territorial.
- ◆ *Capacitação institucional.* Apoiar as instituições e as organizações locais no sentido de adquirirem capacidade efectiva para se empenharem no delineamento, financiamento, execução e avaliação das iniciativas de desenvolvimento rural.
- ◆ *Interesses e instituições.* Apoiar a emergência e o fortalecimento dos interesses, organizações e instituições, empenhadas num modelo territorial.
- ◆ *Metodologia Leader.* Utilizar a metodologia Leader na dinamização das economias locais.
- ◆ *As vias do desenvolvimento rural* (ver caixa “As vias do desenvolvimento rural”)
 - a articulação entre o rural e a utilização do espaço/território;
 - a inserção das iniciativas no tecido rural;
 - o perfil dos agentes económicos.

- ◆ *Questões de escala.* Considerar a importância das questões de escala na valorização e exploração económica de recursos e amenidades, bem como na utilização de serviços e equipamentos (a importância da inter-municipalidade para o desenvolvimento rural).
- ◆ *Inovação.* Considerar a importância da inovação, em especial para as actividades associadas à valorização económica dos recursos e das amenidades rurais, e para as economias rurais locais.

As vias do desenvolvimento rural

As vias do desenvolvimento rural. A questão central do desenvolvimento rural não é apenas criar riqueza e emprego. A questão é fazê-lo não marginalizando os que vivem e trabalham no rural ou que aí se pretendem enraizar.

Entregar o espaço e mesmo alguns aglomerados populacionais à iniciativa e aos negócios de agentes exteriores ao local é uma via já ensaiada nalgumas zonas do país mas que pode trazer algumas fragilidades ao processo de desenvolvimento. A experiência de outros países tem, de facto, mostrado que esta opção está associada com mais frequência à deslocalização das actividades e à sua reavaliação e encerramento, no quadro das oportunidades que noutros mercados e territórios se deparam ao agente ou seja, logo que terminam as vantagens oferecidas: baixos salários; baixos preços do solo e das infra-estruturas; incentivos financeiros; fraca capacidade reivindicativa dos trabalhadores. Acontece também, em muitos casos, que o local é meramente o ponto geográfico onde se situa o negócio, sendo todos os equipamentos, matérias-primas e mesmo a mão-de-obra, importados do exterior. Estes são aspectos que contrariam o optimismo sobre o benefício das iniciativas exteriores.

Também não é fácil, a nível local, mobilizar agentes empenhados e reunir condições para que estes operem com sucesso. Alguns dos obstáculos a ultrapassar estão, de resto, bem identificados: a debilidade institucional; a pequena escala das iniciativas associada à escassez de capital; o nível dos saberes técnicos e das competências em gestão e organização; a fraca articulação com redes comerciais e de promoção; as dificuldades de relacionamento institucional e de acesso à informação e aos círculos de decisão; a difícil compatibilização entre alguns hábitos e tradições locais e o perfil da procura urbana.

O desenvolvimento rural situa-se, assim, entre a exterioridade e o carácter volúvel dos agentes externos e as dificuldades de mobilização endógena ou seja, entre a procura de investimentos externos e a aposta nos recursos e capacidades locais. Estas opções, como é evidente, podem não se excluir e é possível conciliar os dois tipos de iniciativas. Não é, no entanto, indiferente o peso das componentes endógenas para avaliar a consolidação do desenvolvimento.

4. A situação das zonas de baixa densidade

- ◆ Não há alternativa a modelos de baixa densidade (ver caixa “Sobre o despovoamento”).
- ◆ É necessário aceitar que o desenvolvimento dos territórios de baixa densidade pode não ser compatível com a rentabilização, a curto prazo, de alguns equipamentos e serviços.
- ◆ É necessário aceitar as especificidades da baixa densidade, nomeadamente ao nível da definição e execução das políticas, e do quadro legal (utilização do espaço, regulamentação das construções,...).
- ◆ Promover o funcionamento de serviços de transporte que possibilitem a mobilidade da população e de bens, nomeadamente agrícolas.

Sobre o despovoamento

Um tema continuamente associado ao desenvolvimento rural é o do despovoamento. Argumenta-se, com razão, que o contínuo abandono dos povoados rurais conduz a situações que limitam as sociabilidades e que simultaneamente vão justificando o desmantelamento de equipamentos sociais (escolas, postos de saúde,...) nas manchas mais despovoadas, concentrando-os nos aglomerados de maior dimensão. Daqui conclui-se depois que se vão erosionando os limiares de população que poderiam sustentar o desenvolvimento.

A esmagadora maioria dos que abandonaram os campos logo que puderam, nomeadamente na grande sangria dos anos sessenta, fugiram de um mundo que não lhes dava quaisquer possibilidades de melhorarem a vida que tinham. Emigraram, foram para a cidade e este movimento, embora com uma amplitude decrescente, foi persistindo.

Os que saíram, eram, quase todos, uma população de algum modo associada à agricultura: trabalhadores e agricultores que a abertura dos mercados e a tecnologia tornaram desnecessários e que teriam, seguramente, pelas suas histórias e identidades pessoais, pelos seus hábitos e competências, grande dificuldade em se reconverterem às actividades que hoje se propõem para revitalizar o rural, não como um campo de produção mas como um contexto de consumo.

Não é, de qualquer modo, este êxodo que hoje se questiona. O objectivo seria, agora, fixar os jovens que ainda resistem e fomentar mesmo a instalação de novos residentes. Seriam estes grupos que, devidamente apoiados, poderiam contribuir para gerar uma oferta moderna e adaptada à reorientação da economia do rural. Mas para alcançar este objectivo não é necessário refazer as antigas densidades populacionais, estas poderiam mesmo ser um obstáculo.

A estes residentes, haveria que acrescentar neste modelo os que se instalariam sobretudo como consumidores. Sejam os que viriam viver as suas reformas para os campos ou os que aí fariam largas permanências em residências secundárias, sejam os que viriam por períodos mais curtos ou mesmo em breves passagens. Estes grupos, cujo número vai evoluindo a par do tipo e do ritmo da reestruturação das actividades do lado da oferta, também não revertem acentuadamente o quadro demográfico.

A experiência de outros países tem evidenciado que nas zonas em que o rural se vai convertendo, sobretudo, num espaço de consumo, tende a haver um estancar do declínio populacional e, por vezes, há mesmo algum revigoreamento demográfico. De qualquer modo, sempre a níveis muito baixos (por referência ao passado) e decorrentes de modelos de desenvolvimento assentes na baixa densidade populacional e para os quais não têm surgido alternativas viáveis no actual contexto socioeconómico. O despovoamento é um dado, não forçosamente uma fatalidade. A recomposição dos equipamentos sociais e o refazer das sociabilidades são inevitáveis. O desenvolvimento local tem de se situar neste contexto e promover modelos adequados à baixa densidade populacional que, simultaneamente, são a única via para procurar refazer o rural e para o tornar um campo atractivo e capaz de fixar velhos e novos residentes.

5. O desenvolvimento local ou o local como nível de desenvolvimento

- ◆ O *local* é relevante como:
 - expressão de uma diversidade potenciadora da valorização patrimonial e dos recursos naturais, da instalação de actividades territoriais e de movimentos residenciais (segunda residência, alojamentos sazonais, novos residentes);
 - espaço de residência e quadro de vida da população;
 - um espaço de representação de interesses, nomeadamente através da representatividade e acção das autarquias;
 - espaço de cidadania e de participação cívica e política.
- ◆ O *local* não coincide com o espaço da economia local, nem delimita mercados de trabalho. Assim:
 - as economias locais estão crescentemente articuladas com “fluxos exteriores” e são sobretudo estes que as estruturam;
 - o *local* é crescentemente local de residência de trabalhadores cujas actividades são extra locais e local de trabalho de residentes noutros locais.
- ◆ O *local* não coincide com o espaço social dos residentes locais sendo crescentemente relevante assegurar a mobilidade destes de modo a que, nomeadamente, tenham condições de acesso a serviços e equipamentos.

III. AGRICULTURA E FLORESTA

1. Introdução

Como antes de referiu, de modo esquemático, actualmente a vida económica do rural já não é hegemónizada pela agricultura. Por outro lado, torna-se também necessário reequacionar a relação desta com o espaço.

Tradicionalmente, a agricultura equivalia a explorações agrícolas e à produção agrícola, e os seus sistemas de produção e o modo de vida da população rural, estendiam a sua presença sobre a floresta e todo o restante espaço (matos para estrume, pastoreio de gados, resinagem, lenhas para o forno de pão, madeiras para construir casas e currais,...).

Hoje, a situação é diferente. Quebrou-se a equivalência entre a produção agrícola e as explorações agrícolas. Uma larga parte da área destas unidades já não é gerida com o objectivo principal de produzir para o mercado. Os sistemas de produção que têm este último objectivo, são agora mais produtivos mas em menos espaço: a produção agrícola intensificou-se e a sua presença no espaço retraiu-se. Paralelamente, a área de floresta tem vindo a expandir-se mas crescentemente separada da produção agrícola e do modo de vida da população rural.

Posta esta evolução, é agora um equívoco ler o espaço através de uma grelha que continua a fazer equivaler explorações agrícolas à agricultura, não distinguindo nesta a produção agrícola para o mercado de outras áreas.

Na perspectiva das funções que a sociedade espera do *seu* espaço tem de abandonar-se este equívoco e procurar classificar o espaço agro-florestal em três grandes grupos: produção agrícola, produção florestal e outras áreas. Estas últimas devem ainda classificar-se consoante a principal vertente da sua *desejável* utilização: produção florestal; actividades territoriais; reserva ambiental e conservação da natureza.

Resta ainda acrescentar que a valorização da produção agrícola obriga agora a passar da perspectiva de uma agricultura indiferenciada para a noção de *produto-marca-território*, criando assim espaços agrícolas competitivos e que contribuem para o desenvolvimento rural.

2. Agricultura

2.1 – Agricultura: “fileiras estratégicas”⁴

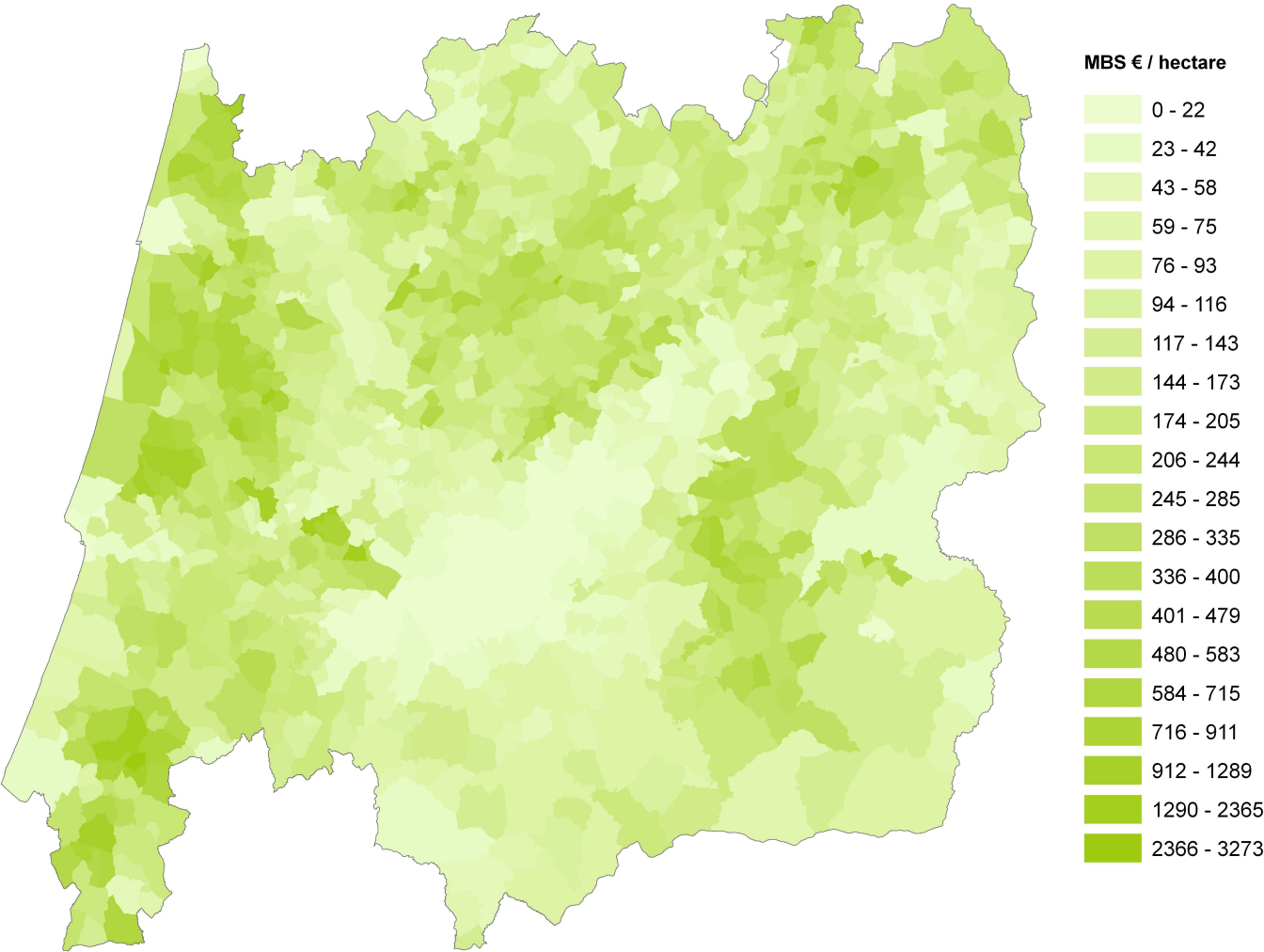
- agricultura, o conjunto das “fileiras estratégicas” (ver mapa) ou seja, culturas hortícolas e floricultura, vinha, fruticultura, olival, pequenos ruminantes, bovinos leite, avicultura, suínos
- culturas hortícolas e floricultura (ver mapa)
- vinha (ver mapa)
- fruticultura (ver mapa)
- olival (ver mapa)
- bovinos leite (ver mapa)
- pequenos ruminantes (ver mapa)
- avicultura (ver mapa)
- suínos (ver mapa)

2.2 – Agricultura: áreas irrigáveis e não aproveitadas com “fileiras estratégicas”

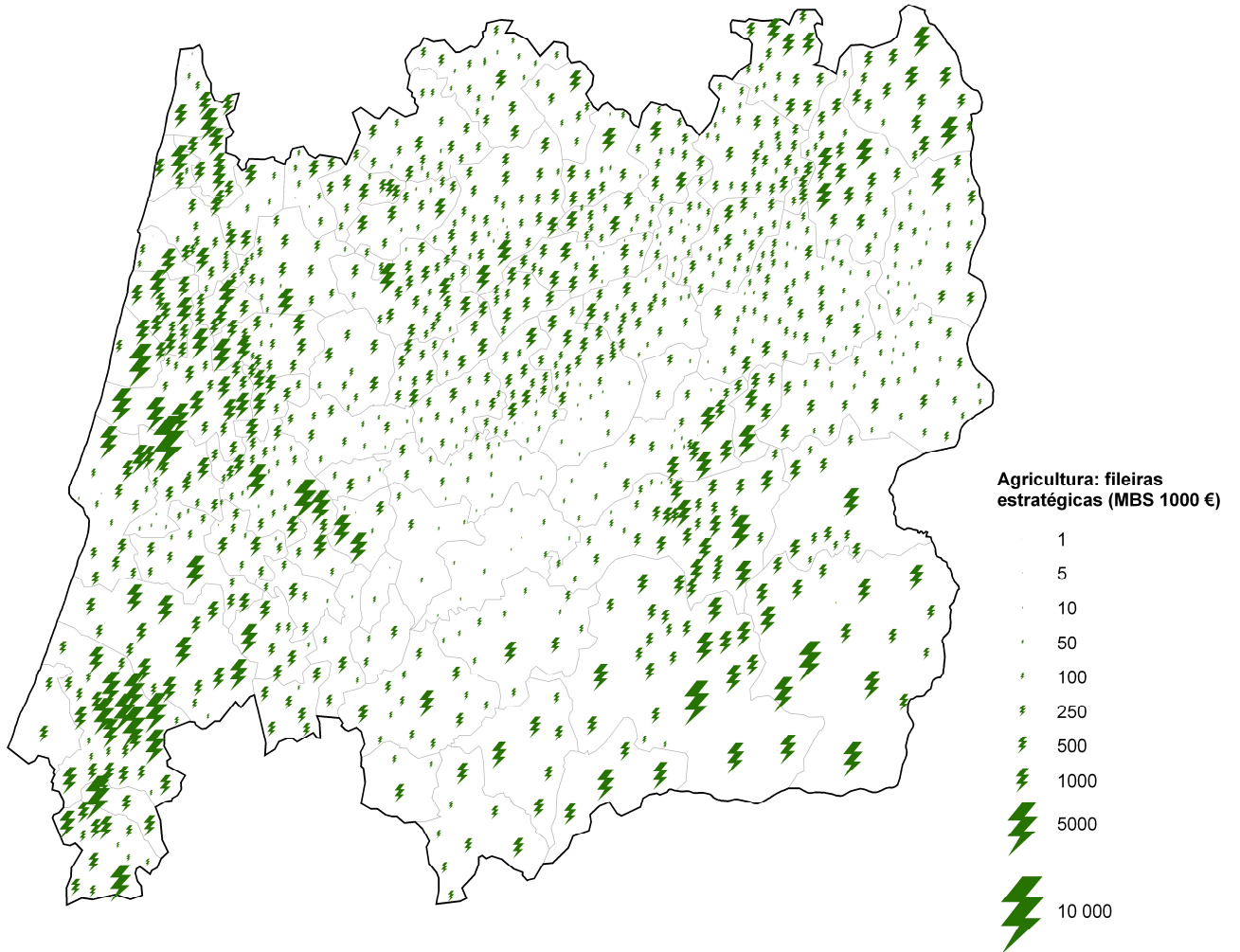
- freguesias em que a diferença entre a área irrigável e a área dedicada a culturas das fileiras estratégicas é superior a 300 hectares (ver mapa).

⁴ Cf., no anexo 2, a “Metodologia de estabelecimento da extensão das actividades agroflorestais ‘estratégicas’ ao nível das freguesias da Região Centro (PROT-CENTRO)”.

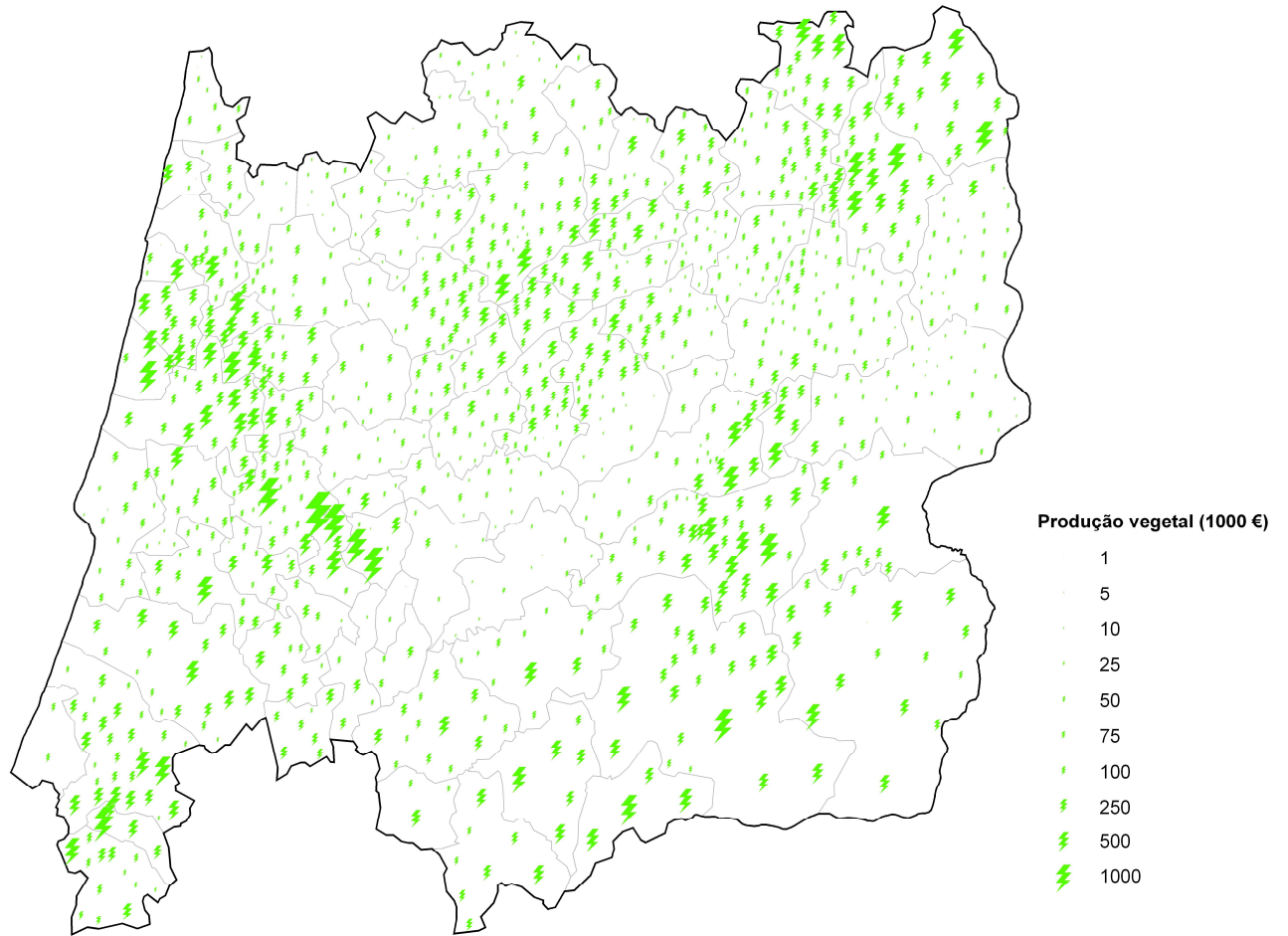
Agricultura: "fileiras estratégicas"



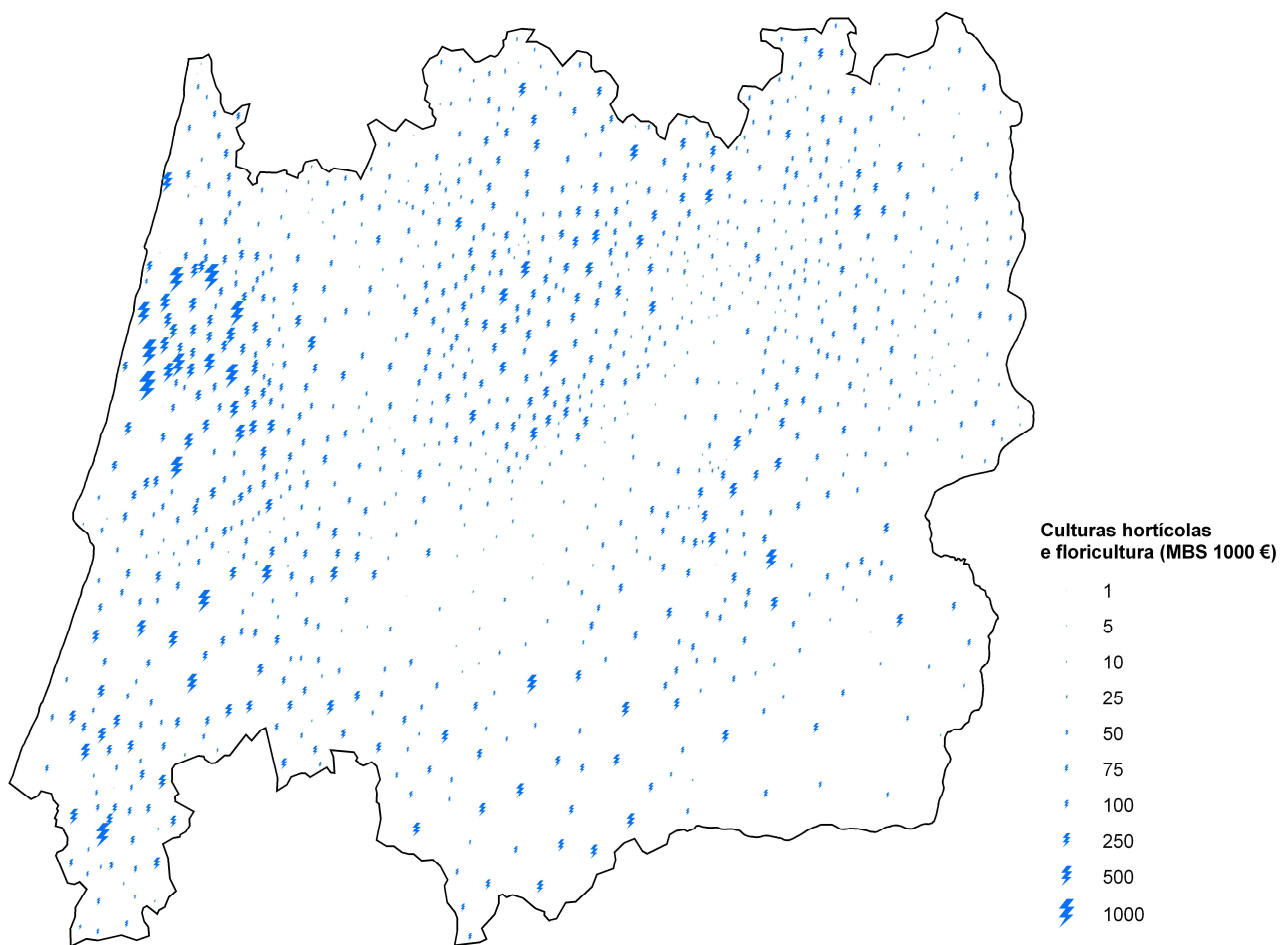
Agricultura: "fileiras estratégicas"



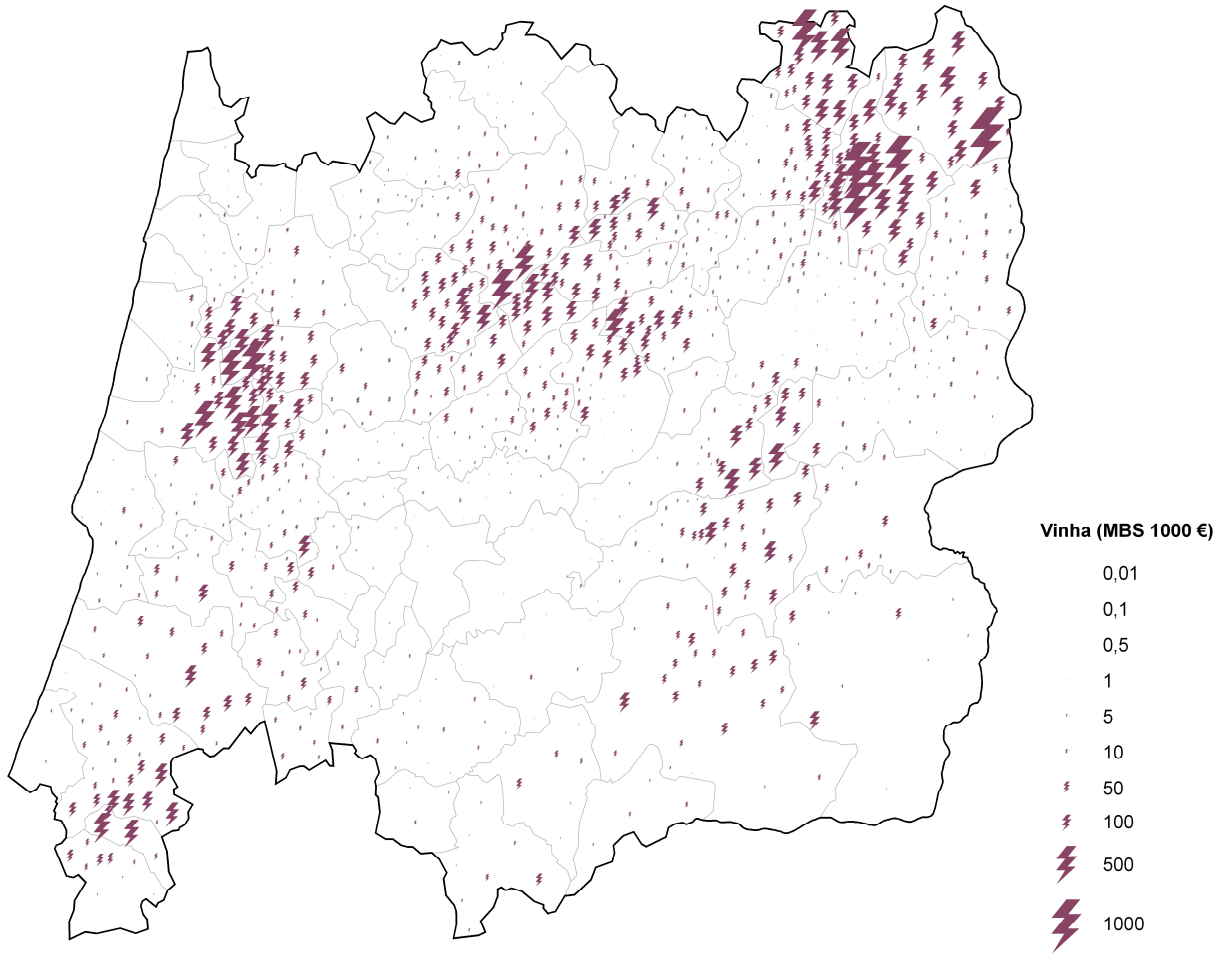
Agricultura: "fileiras estratégicas" - produção vegetal



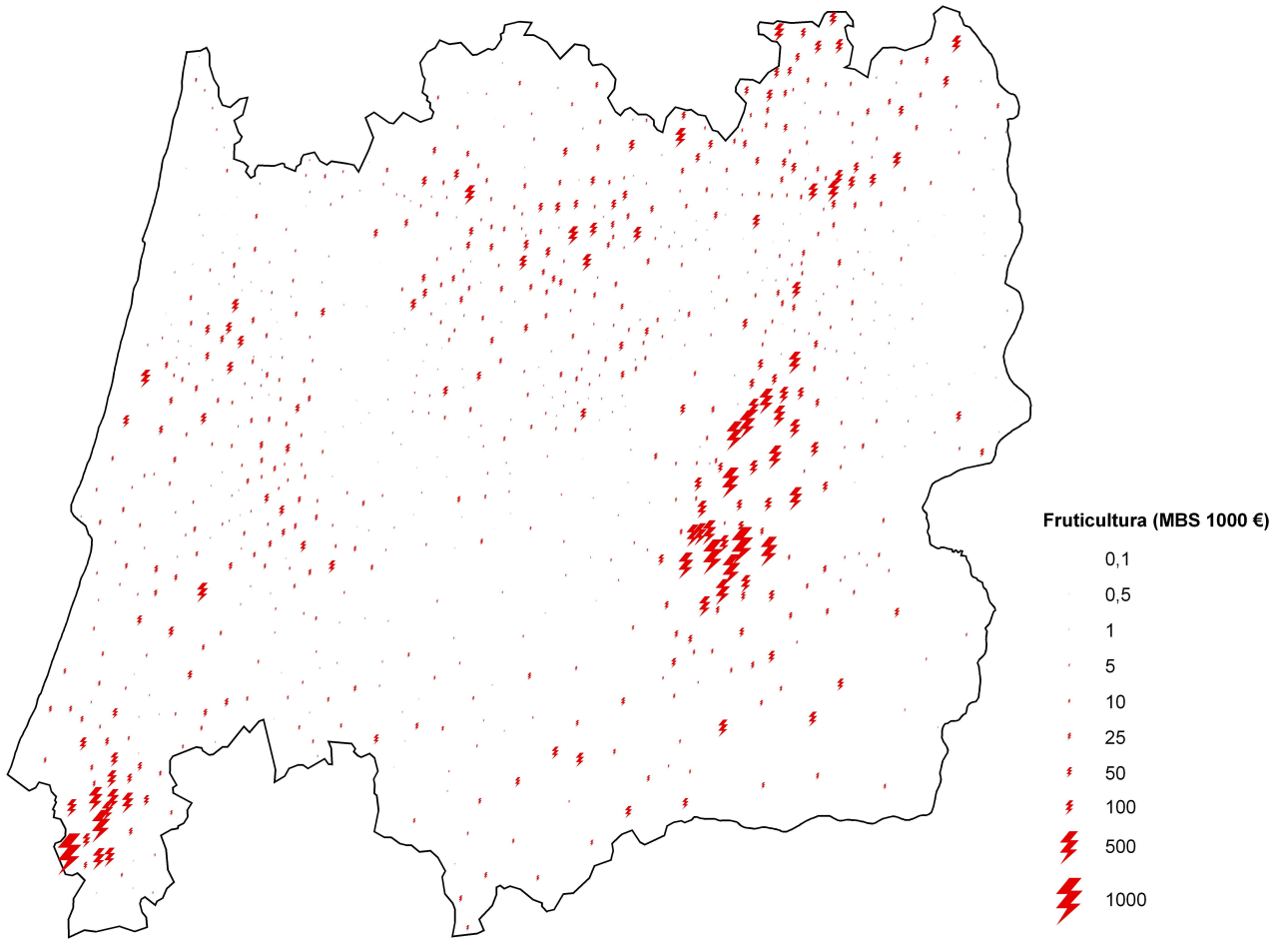
Culturas hortícolas e floricultura



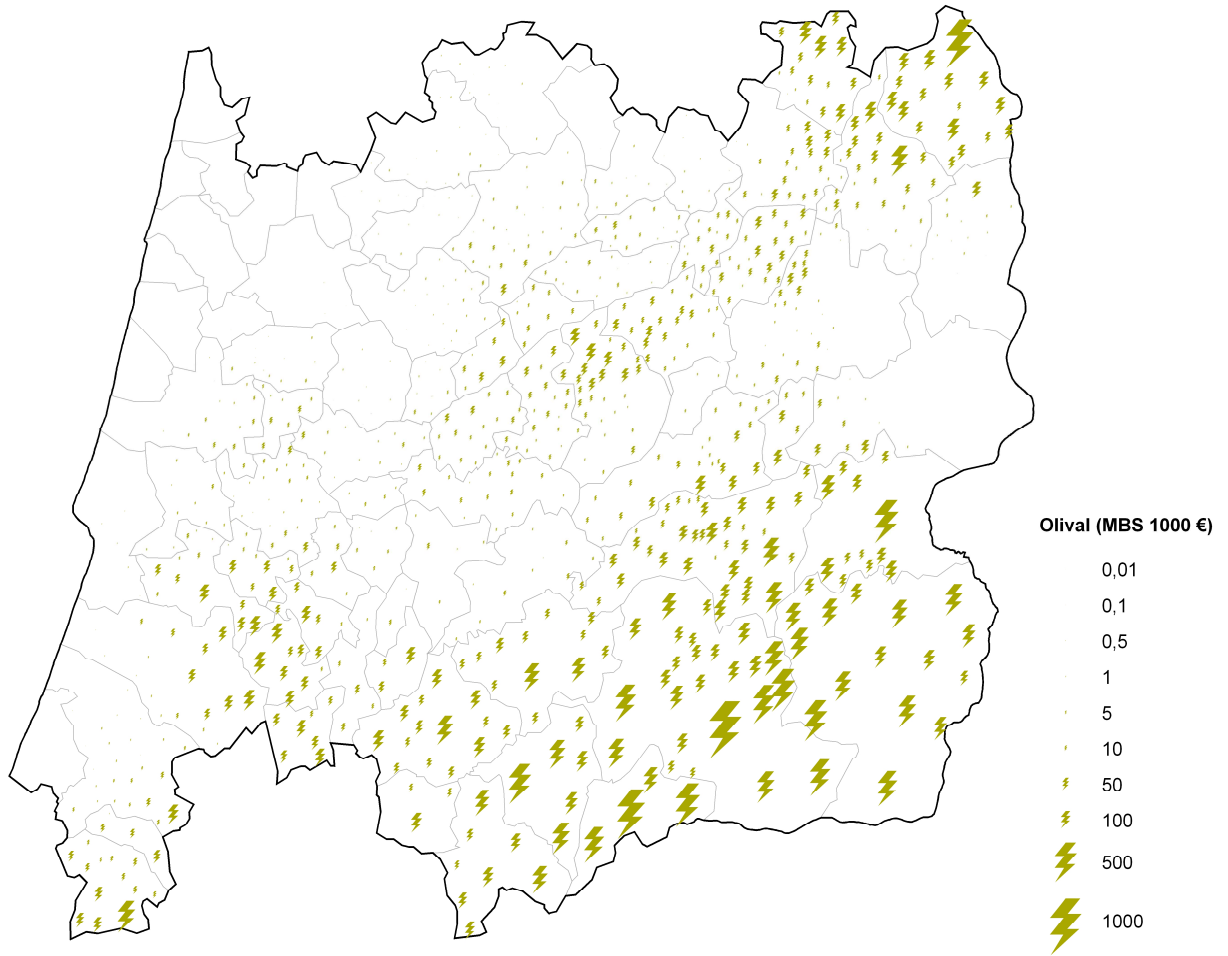
Vinha



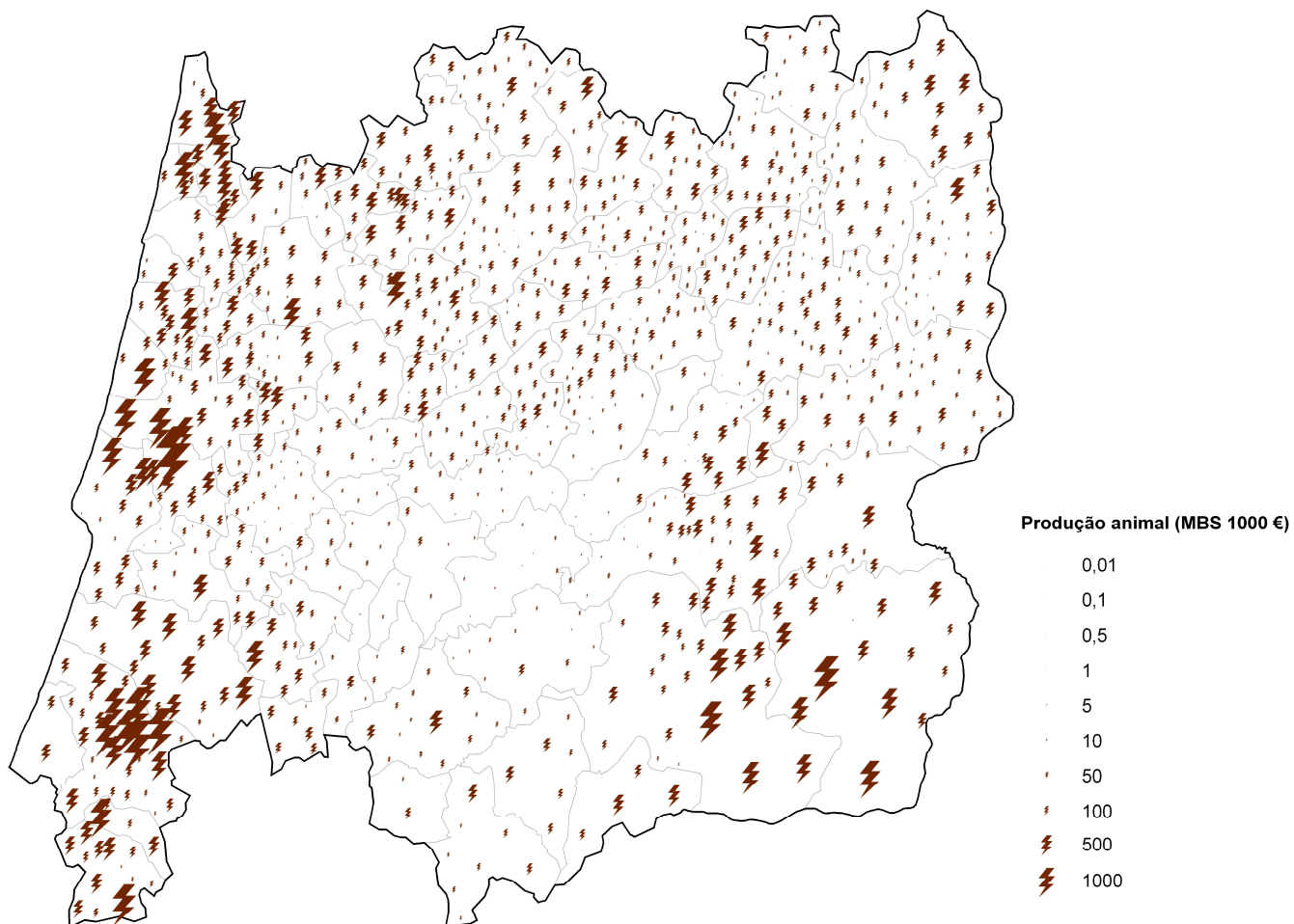
Fruticultura



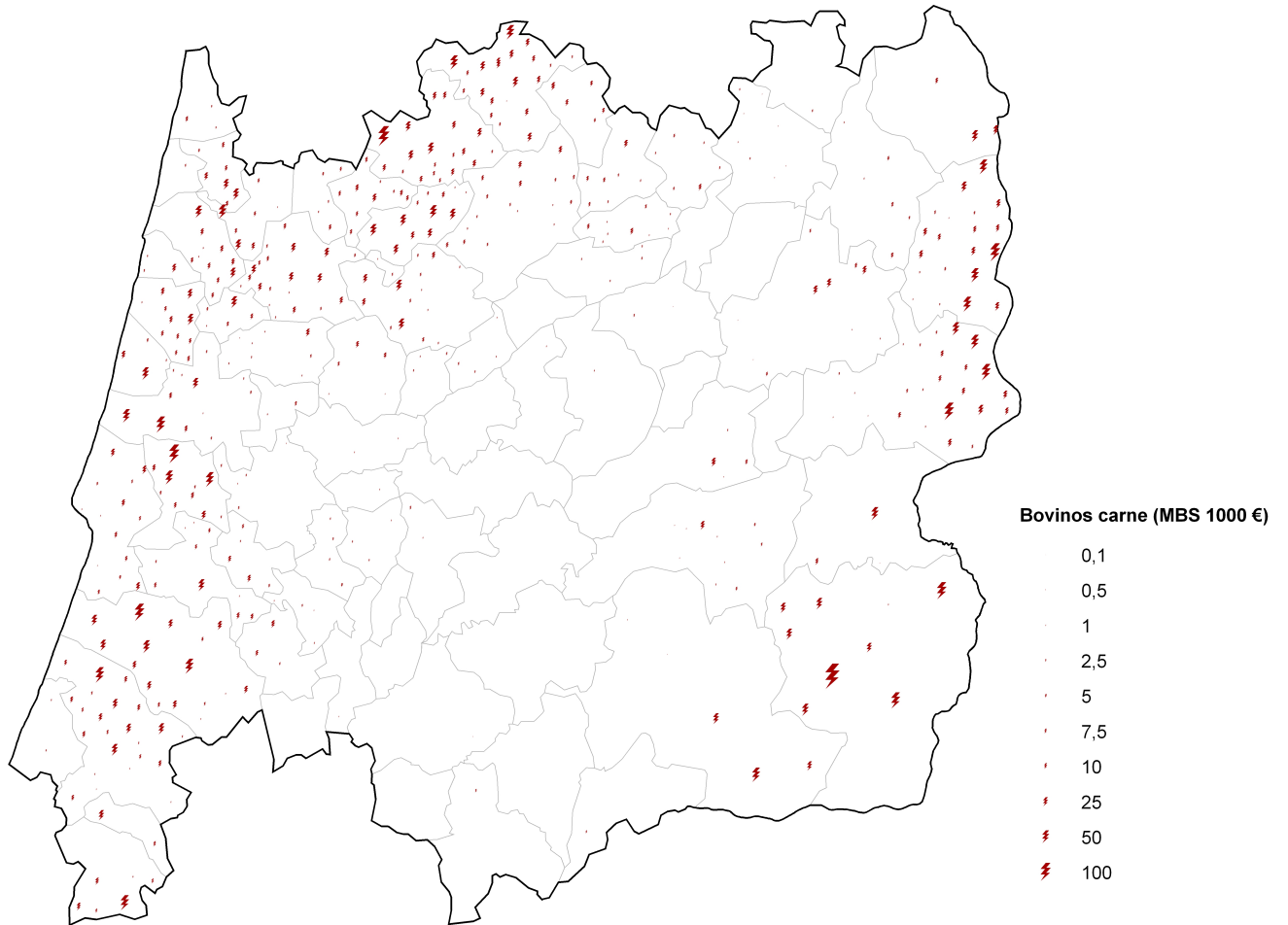
Olival



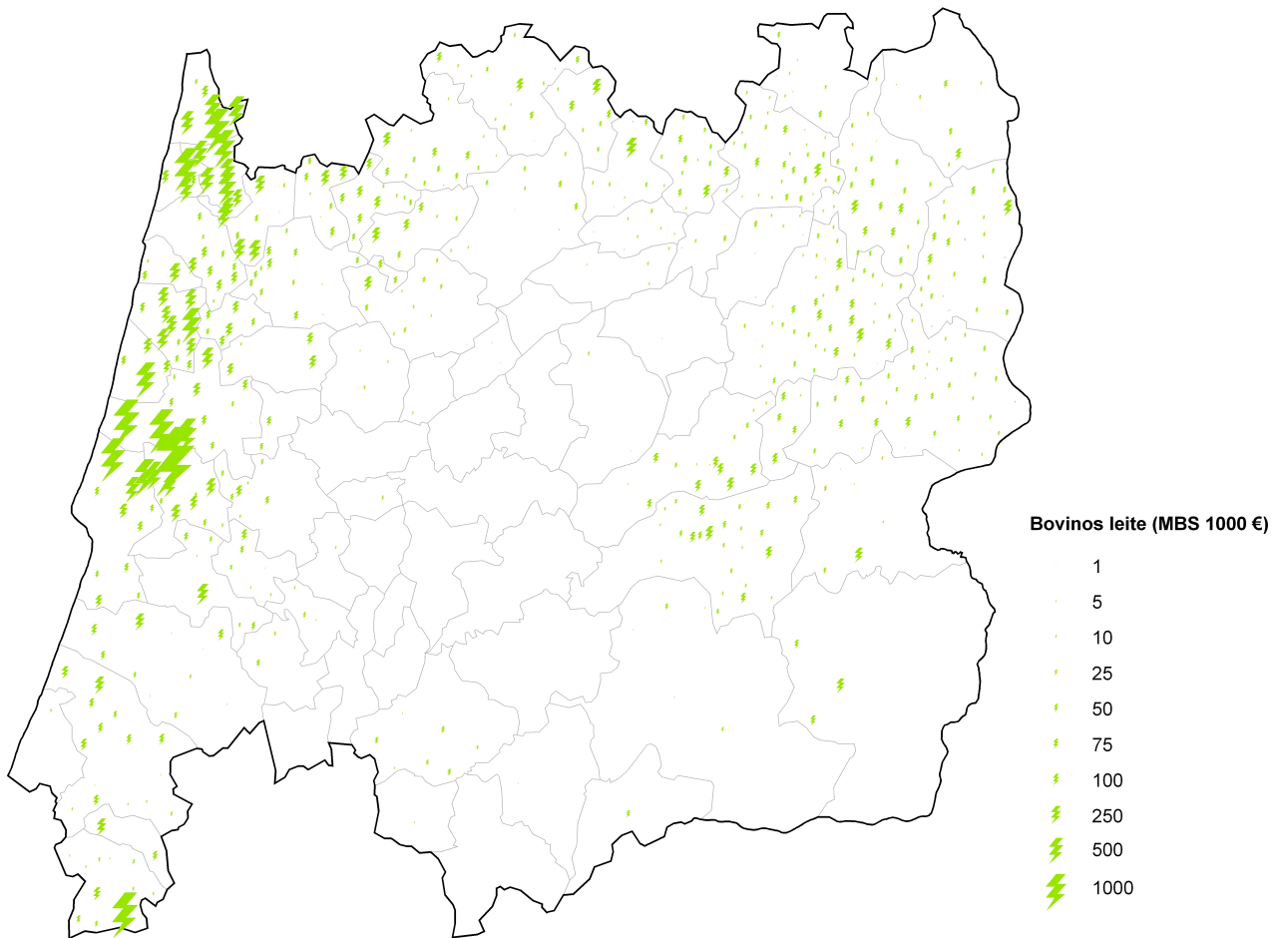
Agricultura: "fileiras estratégicas" - produção animal



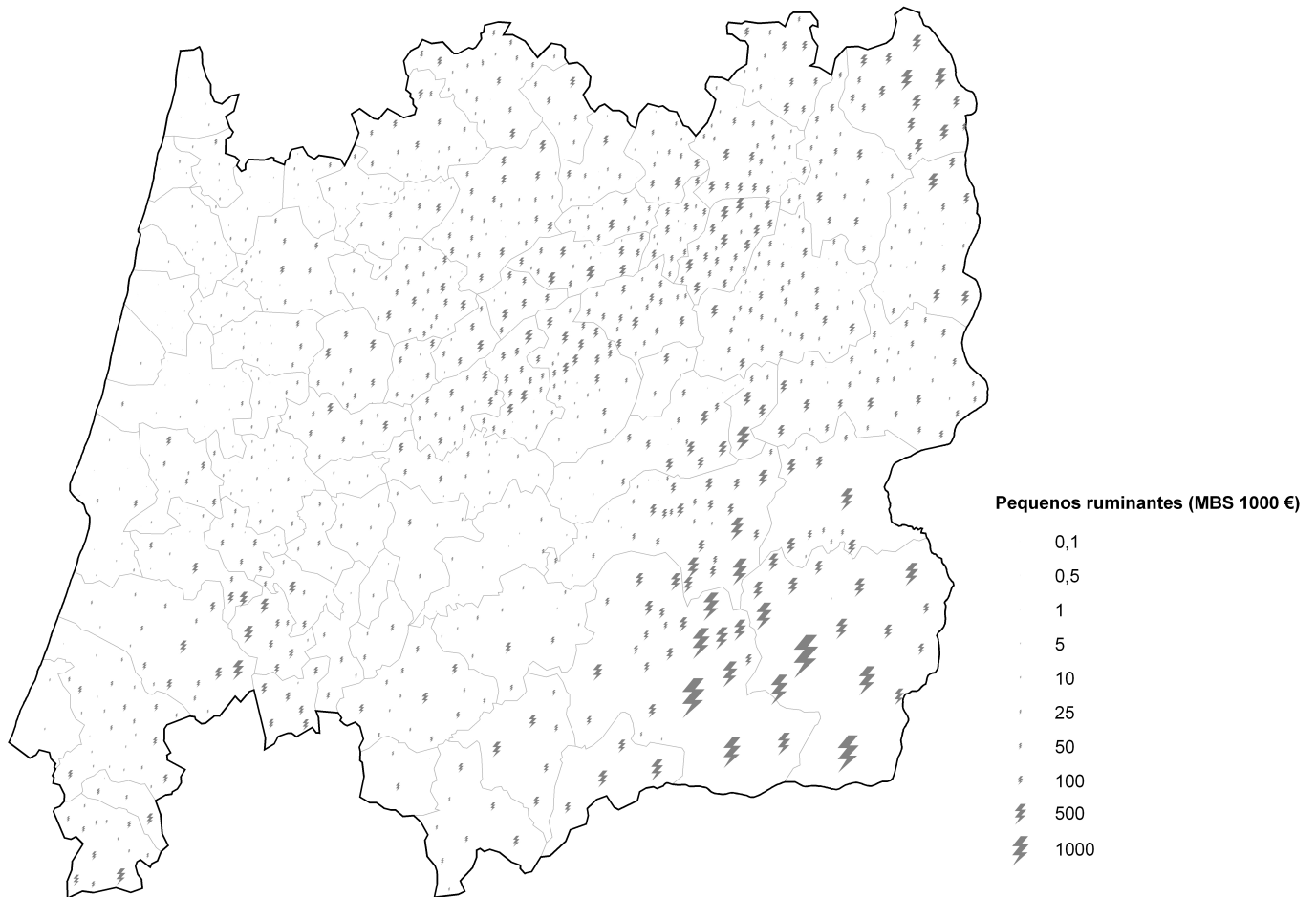
Bovinos carne



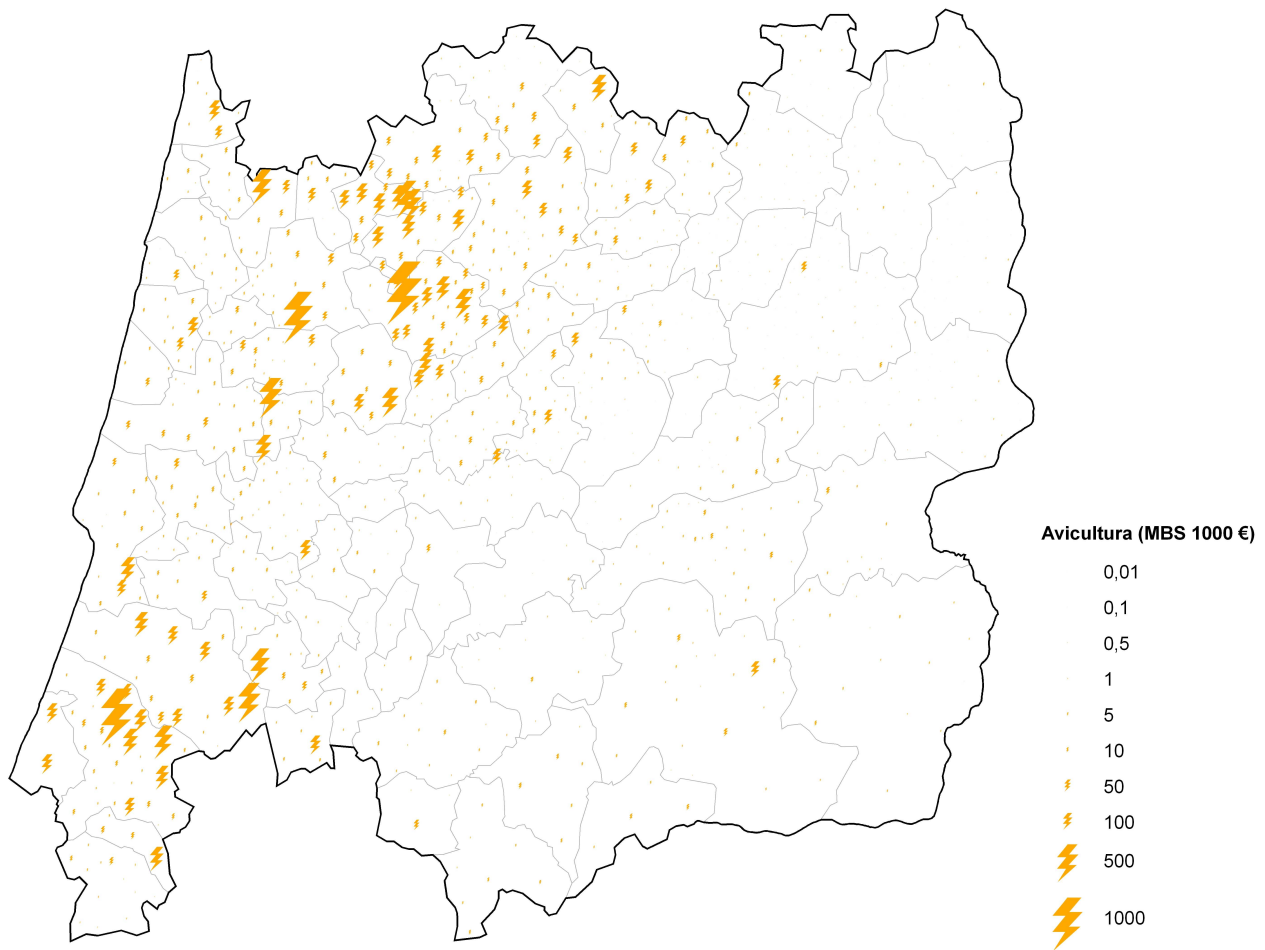
Bovinos leite



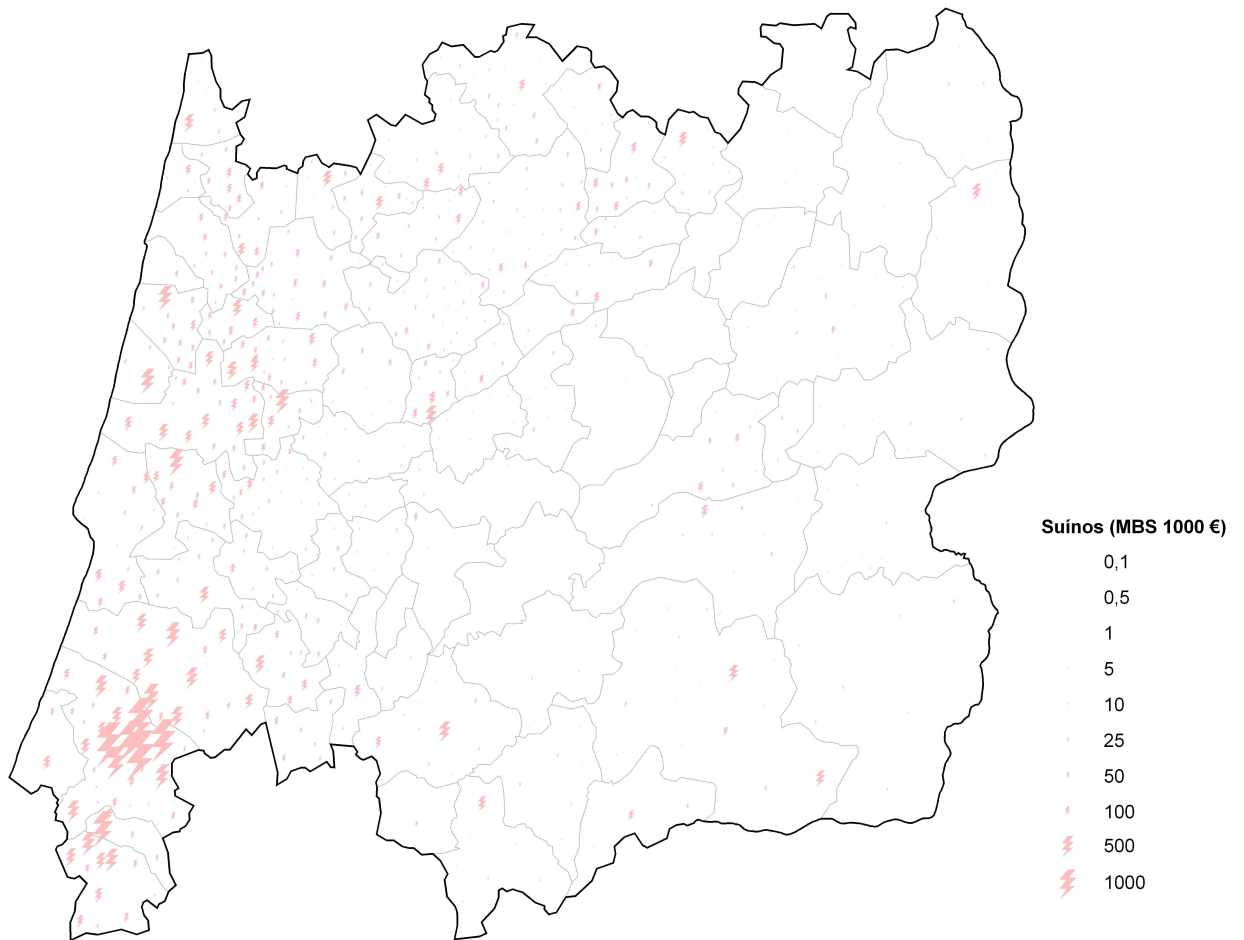
Pequenos ruminantes



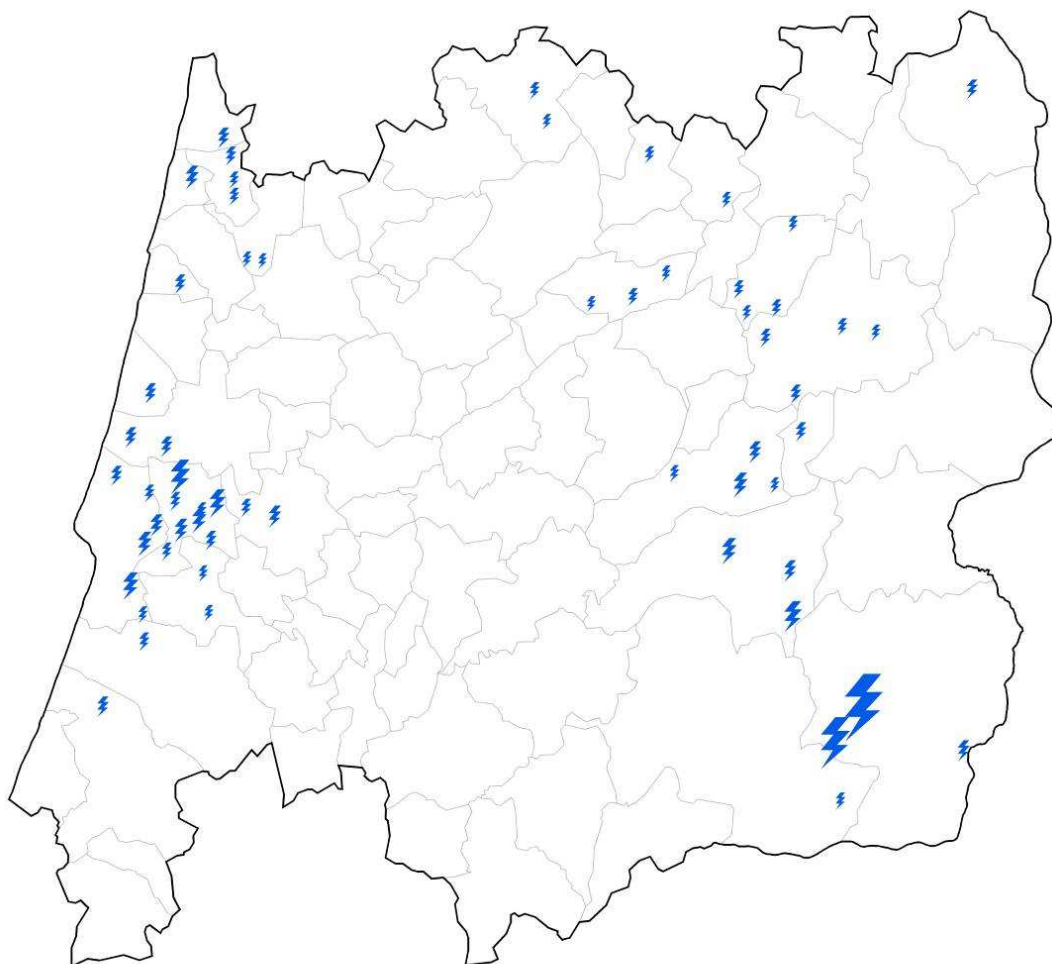
Avicultura



Suínos



Área irrigável não aproveitada por culturas das “fileiras estratégicas”



Freguesias em que a diferença entre a área irrigável e a área dedicada a culturas das “fileiras estratégicas” é superior a 300 ha.

3. Floresta

3.1 – Floresta: ocupação florestal e potencial produtivo

- ocupação florestal da Região Centro (ver mapa);
- área ocupada e zona considerada nos PROF (Plano Regional de Ordenamento Florestal) como de potencial “óptimo” e “favorável”, por espécie⁵:
 - pinheiro bravo (ver mapa)
 - eucalipto (ver mapa)
 - carvalhos (ver mapa)
 - sobreiro (ver mapa)
 - azinheira (ver mapa)
 - castanheiro (ver mapa)

3.2 – Floresta: aplicação das políticas e objectivos a atingir

- ◆ A importância de conjugar os potenciais produtivos com as condicionantes económicas.
- ◆ A importância de conjugar as metas previstas nos PROF com os objectivos da fileira florestal (ver o eventual desfasamento no quadro).

Região Centro – áreas arborizadas em 1995/98 e 2005/6, a previsão para 2025, 2030 e 2045

Área arborizada	1995/98 (1)	2005/6 (2)	2025 (3)	2045 (3)	2030 (4)
Total	947	785	1095	1208	
Pinheiro bravo	570	410	528	453	450
Eucalipto	228	258	186	169	250
Carvalhos	58	41	173	290	190
Sobreiro	28	15	59	81	50
Azinheira	32	30	56	73	70
Castanheiro	6	3	37	70	40

(1) *Inventário Florestal Nacional 1995-1998*. Foi este inventário que foi tomado como base para a elaboração dos PROF.

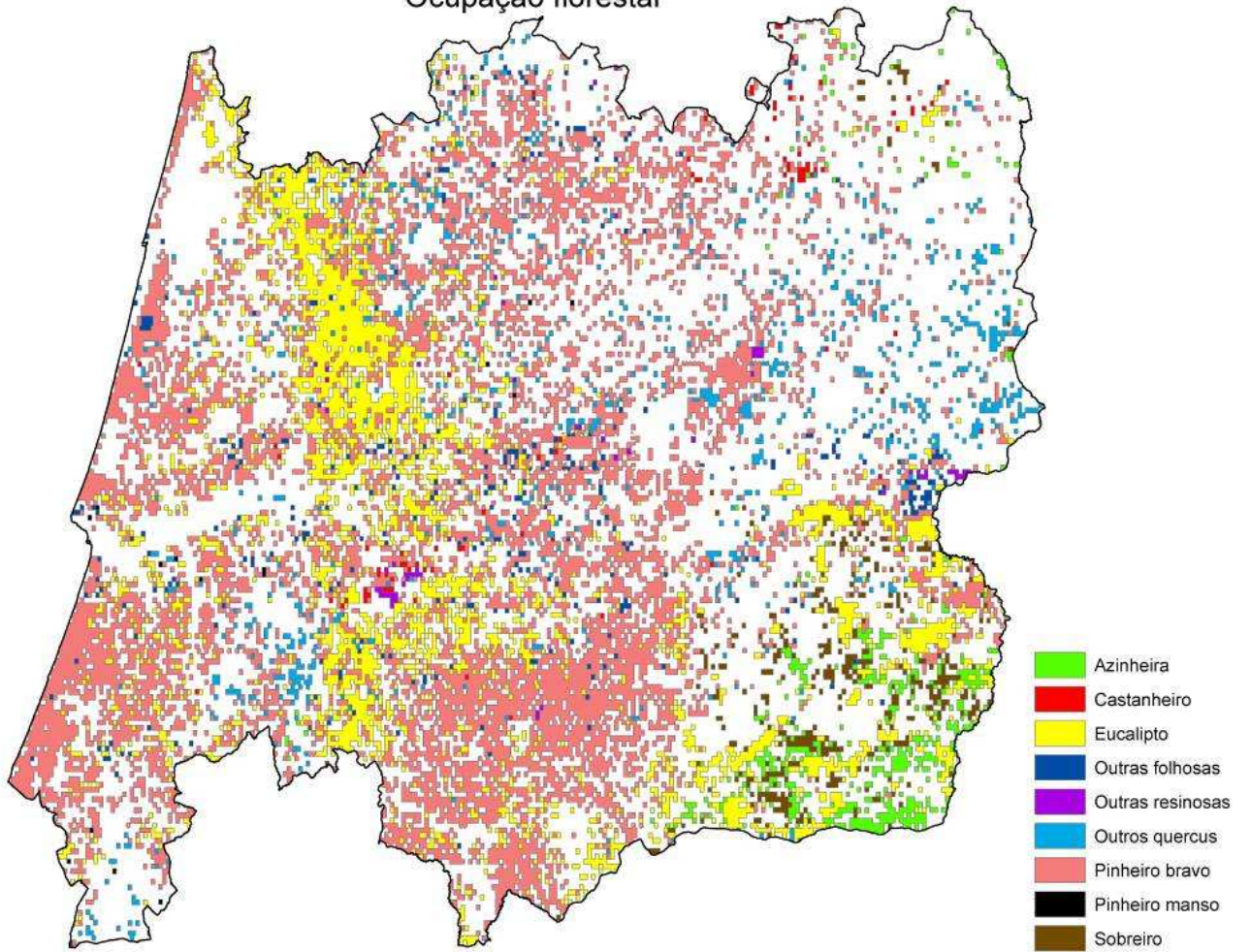
(2) *Inventário Florestal Nacional 2005/2006*.

(3) Estimativa da Direcção-Geral dos Recursos Florestais com base nos PROF.

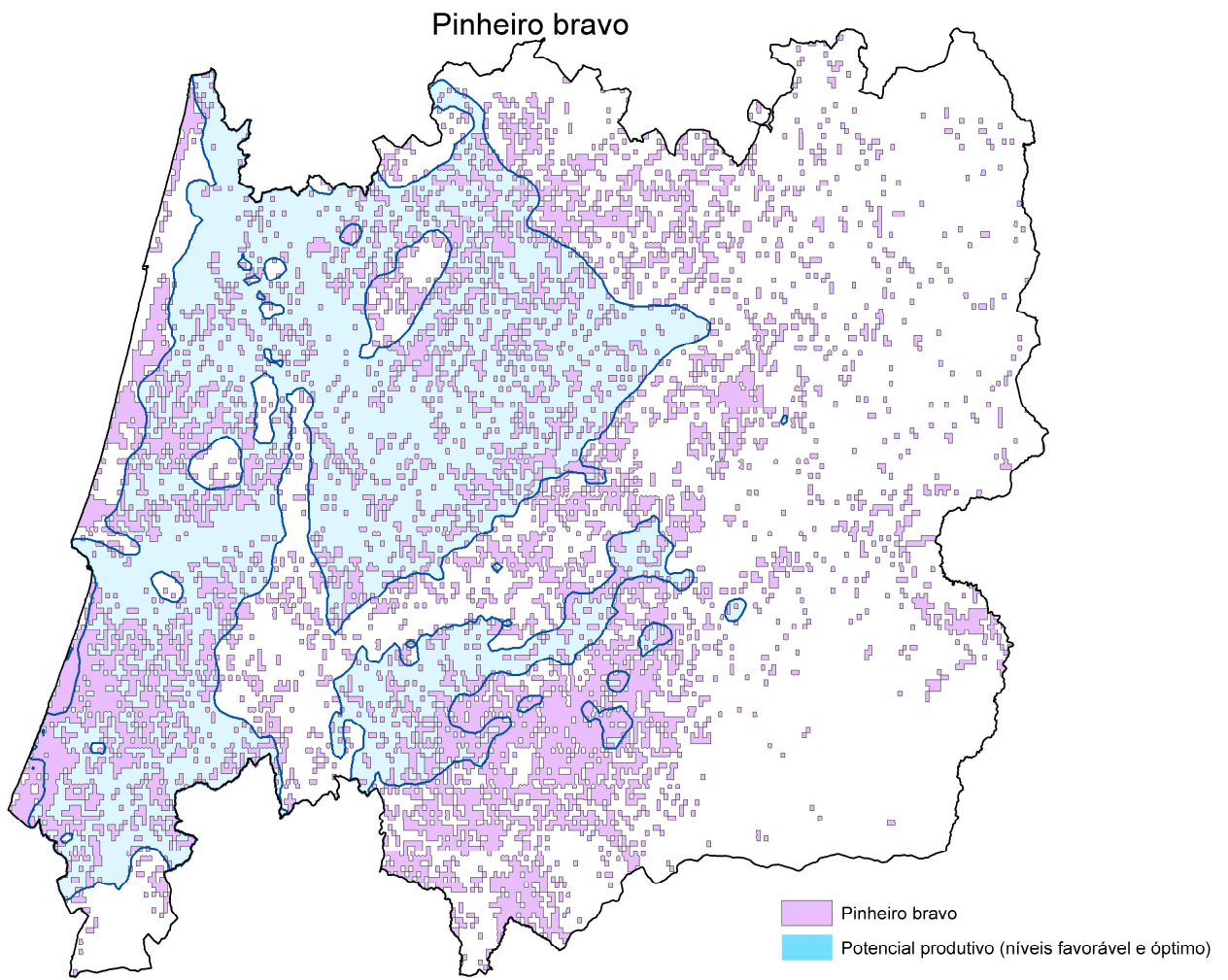
(4) *Estratégia Florestal Nacional*.

⁵ Cf., anexo 3, a “Nota sobre o potencial produtivo das espécies florestais segundo os PROF”.

Ocupação florestal

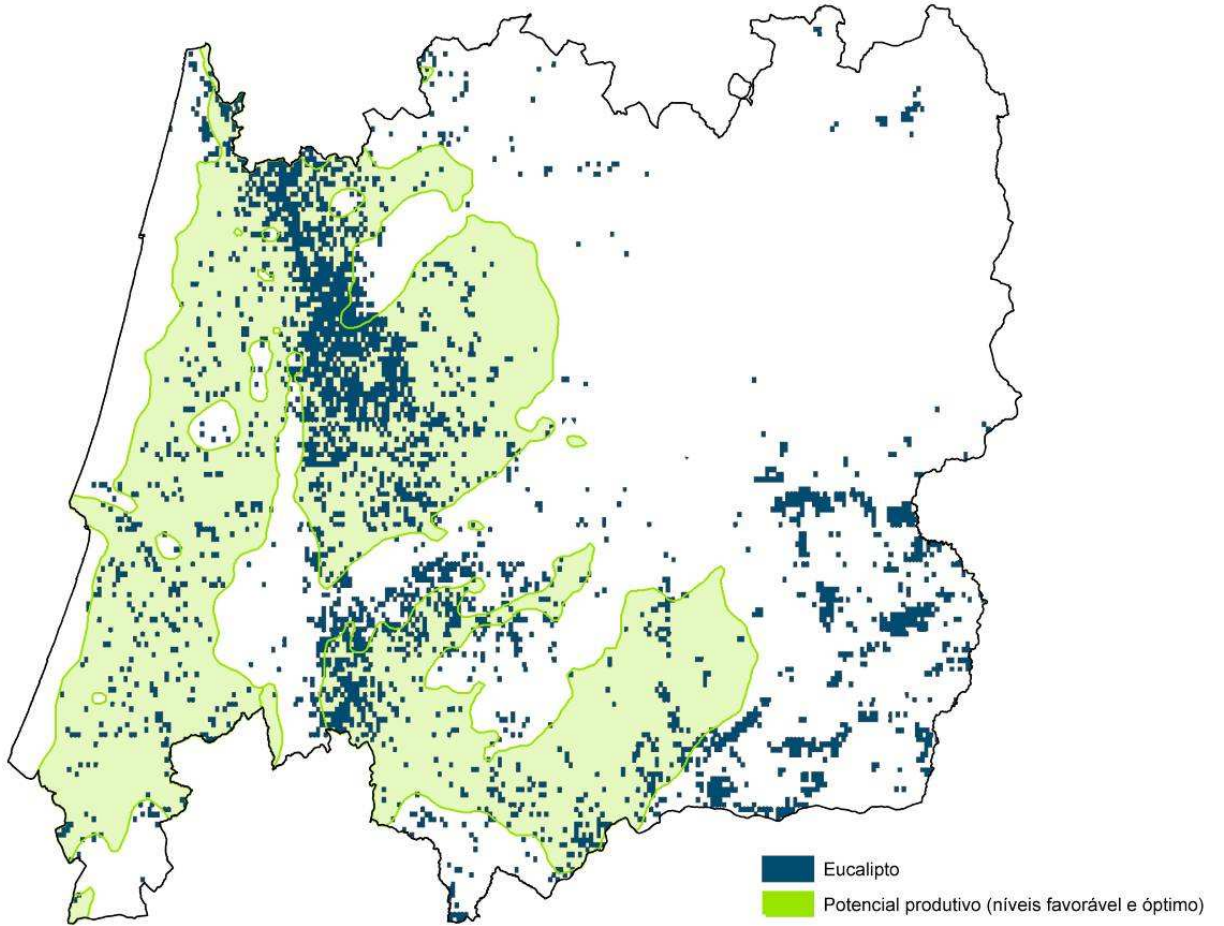


Fonte: Inventário Florestal 1995-1998



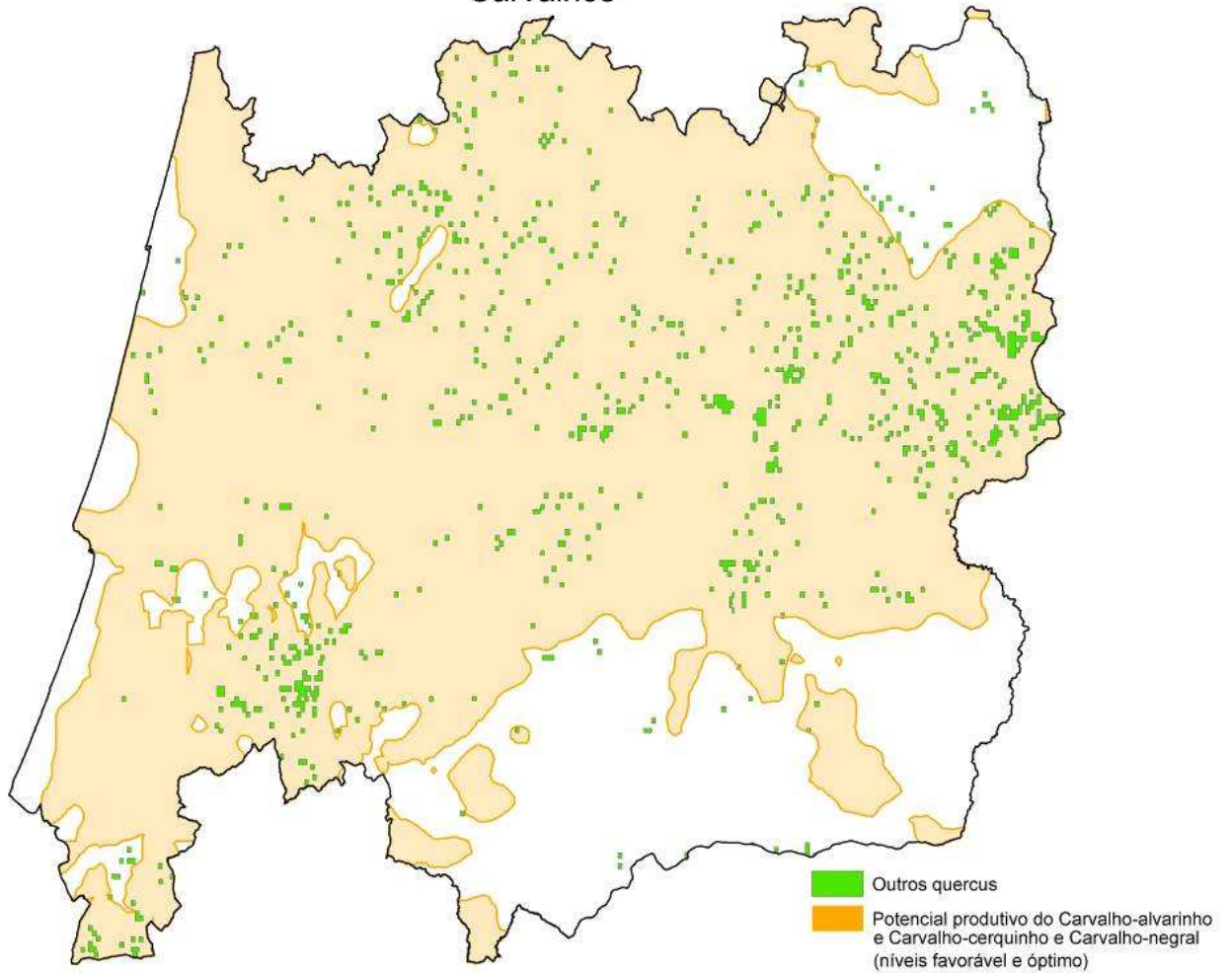
Fonte: Planos Regionais de Ordenamento Florestal da Região Centro e Inventário Florestal 1995-1998

Eucalipto



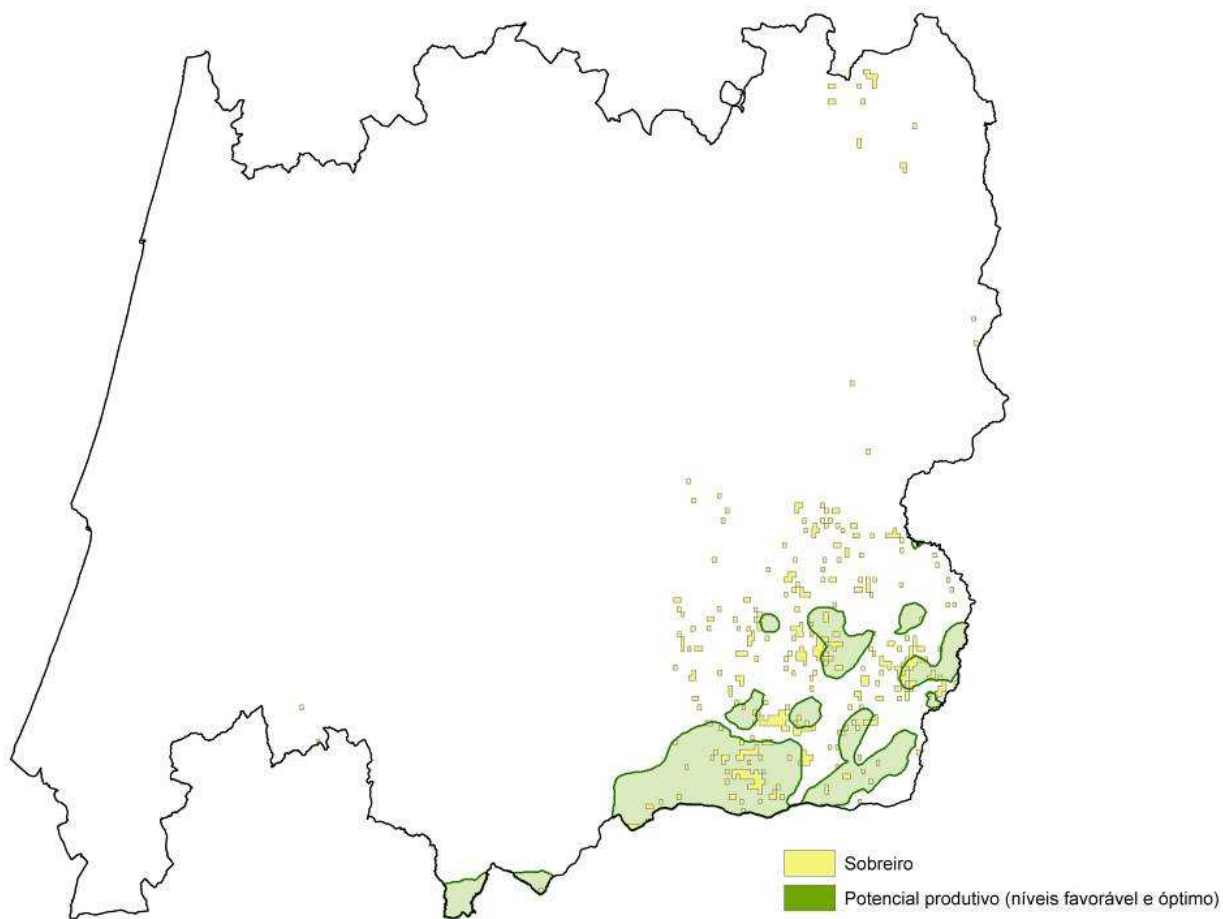
Fonte: Planos Regionais de Ordenamento Florestal da Região Centro e Inventário Florestal 1995-1998

Carvalhos



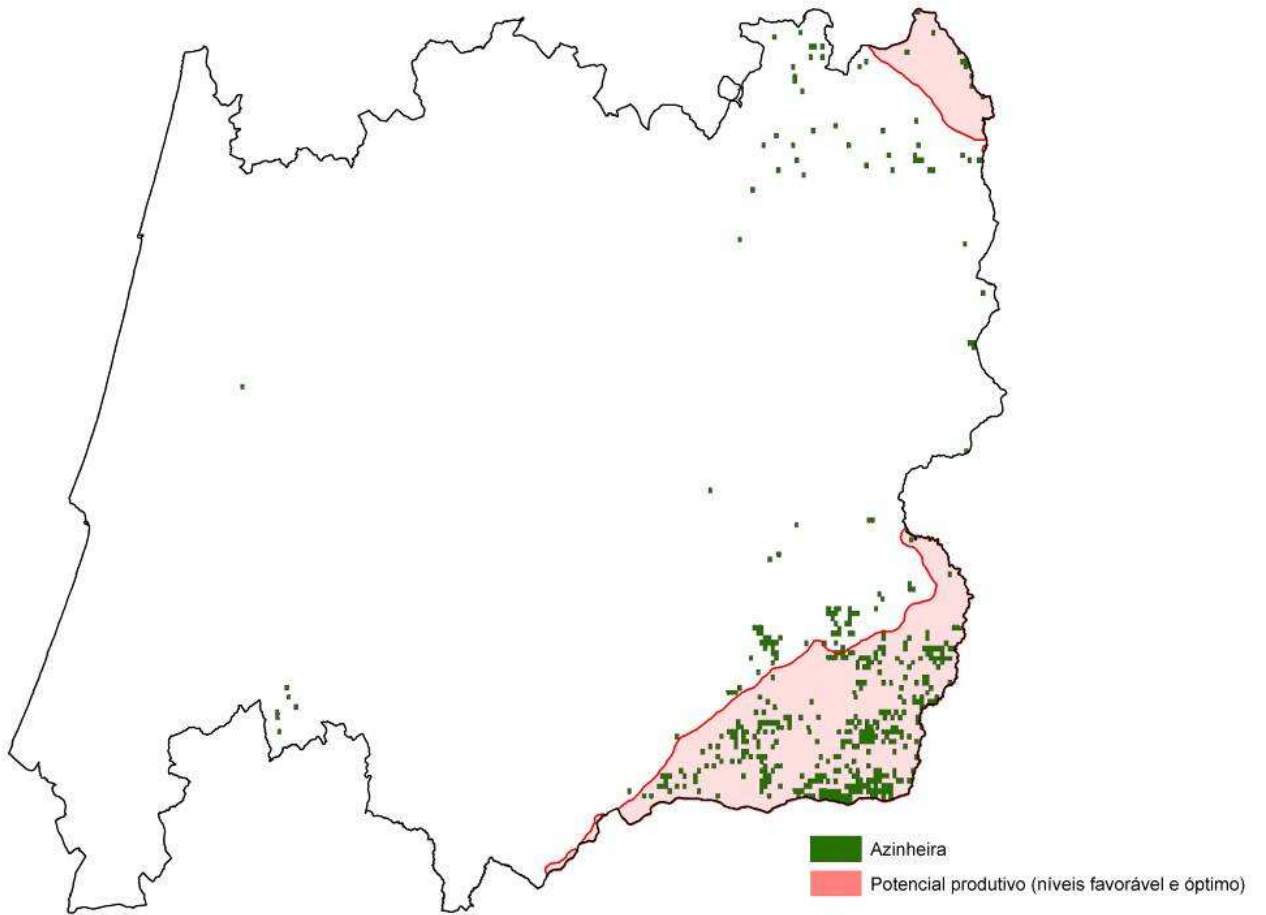
Fonte: Planos Regionais de Ordenamento Florestal da Região Centro e Inventário Florestal 1995-1998

Sobreiro



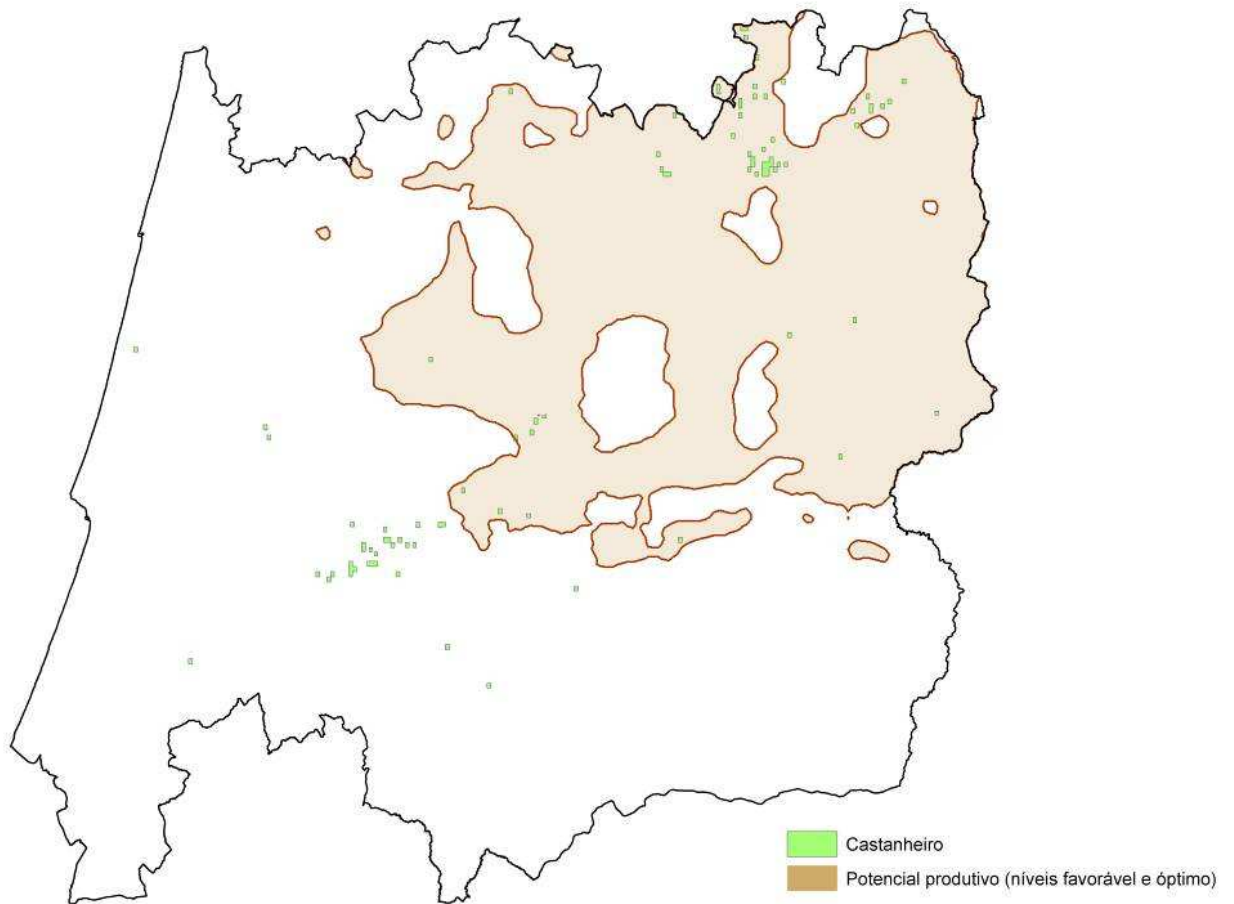
Fonte: Planos Regionais de Ordenamento Florestal da Região Centro e Inventário Florestal 1995-1998

Azinheira



Fonte: Planos Regionais de Ordenamento Florestal da Região Centro e Inventário Florestal 1995-1998

Castanheiro



Fonte: Planos Regionais de Ordenamento Florestal da Região Centro e Inventário Florestal 1995-1998

ANEXOS

Anexo 1. Nota metodológica sobre a utilização do espaço ⁶

As fontes

A avaliação dos diferentes usos do espaço é sustentada nas seguintes fontes de base:

- ◆ Direcção-Geral dos Recursos Florestais (DGRF), *Inventário Florestal 1995/98* [*AreaStat*]⁷ e *Resultados do IFN 2005/06* [no sítio da DGRF na *Web*];
- ◆ INE, *Recenseamento Geral da Agricultura 1999*⁸ e *Inquérito de Estruturas 2005* [no sítio do INE na *Web*].

Na fase de indagação da quota-parte da SAU orientada, sobretudo, pela valorização pelo mercado dos bens produzidos – em contraponto à que tem subjacente um elevado nível de suporte à produção por via das ajudas decorrentes de medidas de política (PAC) – acolhem-se elementos em:

- ◆ Baptista, Fernando Oliveira (2003), “Um rural sem território”, J. Portela e J. C. Caldas (orgs), (2003), *Portugal chão*. Oeiras: Celta Editora, p. 54;
- ◆ Avillez, Francisco, Manuela N. Jorge, Carlos P. Trindade, Nuno Pereira, Pedro Serrano e Isabel Ribeiro (2004), *Rendimento e competitividade agrícolas em Portugal. Evolução recente, situação actual e perspectivas futuras*. Coimbra: Livraria Almedina, p. 198.

Salienta-se que a informação para 2005/06 se reporta:

(A) A que tem origem no *Inventário Florestal*,

- ◆ ao nível de NUT II ((a) “uso do solo” – “floresta”, “matos”, “agricultura”, “áreas sociais e outras”⁹ e “águas interiores”; (b) “áreas por tipo de floresta” – “povoamentos”, “áreas ardidadas de povoamentos”, “áreas de corte raso” e “outras áreas arborizadas”; (c) “áreas florestais por espécies” – “povoamentos puros, mistos dominantes e jovens”);

⁶ Metodologia estabelecida por Joaquim Cabral Rolo, EAN/INRB, 22/5/2007.

⁷ DGF (2001) – *AreaStat – Aplicação para estimativa de áreas de ocupação do solo*. João Moreira (Programação) e José Sousa Uva (Coordenação). Direcção Geral das Florestas (DGF)/D. S. Planeamento e Estatística/Div. Inventário e Estatísticas Florestais.

⁸ INE (2001) – *Recenseamentos Gerais da Agricultura. Dados comparativos 1989-1999* (CD – ROM) [RGA89/99].

⁹ “Inclui improdutivos” (DGRF).

- ◆ ao nível de NUT III - “distribuição geográfica das espécies” (povoamentos puros e mistos dominantes de: pinheiro bravo, eucalipto, sobreiro, azinheira, pinheiro manso, outras resinosas, carvalhos, castanheiro e outras folhosas).

(B) A proveniente do *Inquérito de Estruturas* (2005), está referenciada à circunscrição região agrária (no caso da Região Centro: as regiões agrárias da Beira Litoral e da Beira Interior).

Assim, o reporte desta informação para o nível administrativo inferior (NUT III e concelhos) e a desagregação e especificação de variáveis (por ex., a caracterização de povoamentos florestais em função do “coberto arbóreo”) faz-se com base nas fontes de informação com datas imediatamente anteriores (*Inv. Florestal 1995/8* e *RGA99*) - admitindo, portanto, as relações de proporcionalidade directa reveladas por estas fontes; um exemplo: o valor de “áreas sociais e outras (inclui improdutivo)” apurado pelo *Inv. Florestal de 2005/6* é desagregado em “áreas sociais” e “improdutivo” a partir das respectivas proporções mostradas no *Inv. Florestal de 1995/98*.

Em síntese, a avaliação das ocupações territoriais deduz-se: a superfície agrícola utilizada (SAU) das explorações agrícolas, do *Inquérito de Estruturas 2005* e *RGA99*; os demais usos, do *Inv. Florestal de 2005/6* conjugado com o de *1995/98*.

Os conceitos

Importa ter presente os conceitos subjacentes à avaliação empreendida. Assim, e no domínio florestal, acolhe-se do glossário do *Inv. Florestal [AreaStat]*:

Áreas ardidas de povoamentos florestais - *Áreas de uso florestal, anteriormente ocupadas por árvores florestais com um grau de coberto no mínimo de 10%, que ocupavam uma área no mínimo de 0,5 ha e largura não inferior a 20 metros, mas que devido à passagem de um incêndio estão ocupadas por vegetação queimada ou solo nu com presença significativa de materiais mortos ou carbonizados.*

Áreas de corte raso - *Áreas de uso florestal, anteriormente ocupadas por árvores florestais com um grau de coberto no mínimo de 10% que ocupavam uma área no mínimo de 0,5 ha e largura não inferior a 20 metros, mas em que as árvores do povoamento foram cortadas observando-se a existência actual de cepos.*

Áreas Sociais - *Áreas ocupadas por zonas urbanas e pequenos agregados populacionais, portos, aeroportos, equipamentos sociais e grandes vias de comunicação.*

Corte raso - *Corte simultâneo de todas as árvores de um povoamento florestal com área mínima igual a 0,5 ha.*

Floresta – Classe de uso do solo que identifica as áreas dedicadas à actividade florestal. A classe floresta inclui os seguintes tipos de ocupação do solo: povoamentos florestais, áreas ardidas de povoamentos florestais, áreas de corte raso e outras áreas arborizadas.

Improdutivos – Áreas estéreis do ponto de vista da existência de comunidades vegetais ou com capacidade de crescimento extremamente limitada, quer em resultado de limitações naturais, quer em resultado de acções antropogénicas (ex.: afloramentos rochosos, praias).

Incultos – Áreas ocupadas por matos e pastagens espontâneas. Inclui: pousios agrícolas, pastagens espontâneas e terrenos abandonados. [No Inv. Florestal de 2005/6 estão identificados como “matos”].

Outras áreas arborizadas – Áreas de uso florestal com um coberto vegetal superior a 10%, que ocupam uma área superior a 0,5 ha e largura superior a 20 metros, mas que na maturidade não atingem 5 metros de altura. Inclui as áreas ocupadas por medronheiro e quercíneas diversas (carrasco).

Percentagem de coberto arbóreo – Razão entre a área da projecção horizontal das copas das árvores e a área de terreno respectiva. (unidades: %).

[Anota-se que o *Inv. Florestal de 1995/98 (AreaStat)* revela informação para os povoamentos florestais, por espécies, segundo a classificação de “coberto arbóreo”: “> 50% - floresta densa”, “> 30% a <50% floresta pouco densa” e “10 a 30% floresta aberta”].

Povoamentos florestais – Área ocupada com árvores florestais com um grau de coberto no mínimo de 10%, que ocupam uma área no mínimo de 0,5 ha e largura não inferior a 20 metros. As árvores devem atingir na maturidade uma altura mínima de 5 metros. Inclui: os povoamentos naturais jovens e plantações, que no futuro atingirão uma densidade de pelo menos 10% de coberto e uma altura superior a 5 metros; os pomares de sementes e viveiros florestais; os quebra-ventos e as cortinas de abrigo desde que respeitem os critérios estabelecidos pela classe de uso florestal.

Por sua vez - e no domínio agrícola - a superfície agrícola utilizada (SAU) tem o entendimento consignado pelo INE nos *Inquéritos às Explorações Agrícolas (Recenseamentos Gerais e Inquéritos de Estrutura)* e corresponde à superfície total das explorações agrícolas com exclusão das áreas sociais, da superfície agrícola (já) não utilizada e das terras com matas e florestas sem culturas no sob coberto, ou seja, o conjunto de áreas de terras aráveis, de culturas permanentes e de prados e pastagens permanentes. De notar que este conceito integra os *pousios* e as *pastagens pobres*.

Explicitemos, por fim, o entendimento de superfície de produção ‘efectiva’ de bens alimentares e de outras matérias-primas. Trata-se da extensão territorial que, na actualidade, tem um uso - florestal ou agrícola - predominantemente orientado para e

pelo mercado (é “o mercado como referencial” - na expressão de F.O. Baptista (2003: 54)); ou seja, as produções obtidas são valorizadas, sobretudo, pelos preços de mercado e, por conseguinte, as ajudas (subsídios) financeiras de que, eventualmente, beneficiem são secundárias na motivação dos agentes económicos. Adiante, descrevemos a metodologia seguida na estimativa da sua quantificação.

As ocupações territoriais fixadas e os métodos da respectiva quantificação

Foram consignadas as seguintes ocupações territoriais (com determinações à escala do concelho): “espaços agro-florestais”¹⁰, “área social”, “águas interiores” e “improdutivos”; por seu turno, no âmbito dos “espaços agro-florestais” individualizaram-se: a superfície florestal (na qual se segregam, directamente do *Inv. Florestal*, a extensão de povoamentos florestais - puros e mistos dominantes - e “outras áreas arborizadas”), a “superfície agrícola” (das explorações agrícolas recenseadas pelos *Inquéritos de Estrutura*) e os “incultos”.

De salientar que, (a) da SAU (das explorações agrícolas) foi excluída a componente relativa ao sob coberto florestal - a qual é integrada na superfície florestal - deste modo, designamos esta utilização por “superfície agrícola” das explorações; (b) depois, a extensão de “incultos” (vale atentar no conceito do *Inv. Florestal* - abrange parcelas, como são os casos dos *pousios* e das *pastagens permanentes pobres*, que, como já referimos, nos *Inq. às Explorações* do INE são registadas na SAU) é avaliada como remanescente da superfície territorial após dedução de todo o conjunto de ocupações enunciadas.

Aqui chegados, podemos sumariar a forma de obtenção dos dados relativos às utilizações do espaço:

- a) Directamente do *Inventário Florestal*: as “superfícies florestais” - que compreendem dois grandes blocos: o dos “povoamentos florestais” e o de “outras ocupações” (correspondendo estas à soma das seguintes parcelas: “áreas ardidadas de povoamentos florestais”, “áreas de corte raso” e “outras áreas arborizadas”) - as “áreas sociais”, as “águas interiores” e os “improdutivos”;
- b) Do *Inquérito de Estruturas*: a “superfície agrícola” das explorações.

Resta-nos, portanto, a abordagem dos espaços de produção ‘efectiva’ (orientada exclusiva ou predominantemente pelo mercado).

¹⁰ Na acepção fixada no PNPOT [MAOTDR, *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território - Relatório*, p. 44]: “o conjunto da área agrícola, dos espaços florestais e das áreas com matos e pastagens naturais pobres”.

Na componente exploração florestal - individualizadas que estão as “outras ocupações” - há, agora, que olhar aos “povoamentos”. Nestes, fixa-se, como espaço de produção ‘efectiva’, a extensão correspondente à soma das áreas de povoamentos puros e mistos dominantes da classe de “coberto arbóreo” > 50% (“floresta densa”) de todas as espécies florestais individualizadas no *Inventário Florestal*, com excepção do sobreiro e da azinheira, adicionada da área de povoamentos puros e mistos dominantes de sobreiro das classes de “coberto arbóreo” > 30% (“floresta densa” e “floresta pouco densa”), da estimativa da área de “floresta densa”¹¹ das designadas (no *Inv. Florestal de 2005/6*) “outras formações lenhosas e diversas” e da área de “povoamentos jovens”.

Quanto à componente “superfície agrícola” a estimativa da dimensão da parcela de produção ‘efectiva’ tem por base dois ensaios: um, em que se toma a avaliação de F.O. Baptista (2003), ao nível do Continente, da SAU em que as ajudas financeiras totais (em 1999) eram inferiores a 50% do Rendimento Líquido Total; valor este que se ventila, regionalmente (à escala de concelho), com base na SAU das “explorações agrícolas profissionais”¹²; o segundo ensaio consiste em tomar a classificação das explorações agrícolas (fixando a variável SAU) segundo a Orientação Técnico-Económica (OTE) e atribuir-lhe os respectivos *indicadores de suporte directo (ISD)*¹³ revelados no trabalho de F. Avillez *et al.* Para tanto, num primeiro passo, transpusemos os dados da classificação das OTE apurados pelo *Inquérito de Estruturas de 2005* ao nível de região agrária para os concelhos e NUT III aceitando a proporcionalidade com os que revela o RGA99 para as explorações que no ano agrícola de 1998/99 “recorreram a subsídios”. Depois, e numa acepção lata de OTE ‘competitivas’, vai considerar-se a SAU em produção com “o mercado como referencial” das OTE com os seguintes escalões de ISD: <20%, 20 a 40% e metade da SAU das OTE com ISD > 40 e ≤ 60%; o que significa a inclusão neste conjunto das seguintes OTE: “horticultura”, “viticultura”, “olivicultura”, “culturas permanentes diversas”, “granívoros”, “polipecuária-granívoros” e “policultura”, a que adicionámos 50% da extensão das OTE em que o ISD já se situa (em “2000”) acima de 47% (“culturas agrícolas diversas”, “ovinos/caprinos/outros herbívoros”, “polipecuária-herbívoros”, “agricultura geral e herbívoros” e “culturas diversas e gado”.

¹¹ Com base no peso relativo do total de povoamentos ‘densos’ individualizados - o qual foi determinado, sublinha-se, pela estrutura do *Inv. Florestal 1995/98*.

¹² Informação do GPPAA. Consideram-se “explorações profissionais” “As explorações agrícolas de produtor singular, autónomo ou empresário, detendo, pelo menos, a dedicação de um dos elementos da população agrícola familiar a tempo inteiro; as explorações agrícolas de agricultura de grupo e outras sociedades, do Estado ou Pessoa Pública, de outros regimes de agricultura (GPPAA, a partir de INE - RGA - 99; cf. GPPAA, *Portugal Rural: territórios e dinâmicas*).

¹³ De acordo com F. Avillez *et al.*, o *indicador de suporte directo* corresponde ao “valor, em percentagem, da relação entre as transferências de rendimento geradas pelas medidas de política directamente ligadas à produção que incidem sobre cada OTE e a respectiva margem bruta standard”.

O resultado dos dois ensaios mostra-se similar (no Continente, e em SAU, 1.309.517 ha seguindo os elementos de F. Avillez *et al.*; 1.412.261 ha partindo da referência de F.O. Baptista). Assumimos este último valor ao nível do Continente, que depois se ajusta à “superfície agrícola” total, e para as regiões NUT II adopta-se o valor médio dos dois ensaios.

Anexo 2. Metodologia de estabelecimento da extensão das actividades agroflorestais “estratégicas” ao nível das freguesias da R. Centro (PROT-Centro)¹⁴

- ◆ Em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Rural (*PDR-2007*) fixaram-se as actividades integrantes das “Fileiras Estratégicas” - “Frutas, Flores e Hortícolas, Azeite, Vinho e Florestas” - e, ainda, o “conjunto das sub-fileiras dos produtos com menção de qualidade, (...) o qual se convencionou chamar de Fileira de Produtos de Qualidade”. Também foram retidas as actividades cujo *Índice de Suporte Directo* (ISD) em 2000¹⁵ (subsídios à produção por via de medidas da PAC) - tal como ocorria com as do grupo das “fileiras estratégicas” -, era menor que 30%. Foi o caso das actividades do sector dos granívoros (Avicultura e Suínos). Embora com ISD (em 2000) superior a 60% e não explicitadas como “fileiras estratégicas” no *PDR-2007*, consideraram-se também os Bovinos Leite.
- ◆ O procedimento consistiu na multiplicação dos valores físicos (áreas no tocante à produção vegetal e n.º de cabeças/bicos no que respeita aos gados) apurados pelo *Recenseamento Geral da Agricultura 1999* (INE, *RGA99*), ao nível de freguesia, pelos valores unitários de margem bruta standard (MBS - média do triénio centrado em 1996; apuramentos da RICA/GPPAA, 2001) das actividades fixados a nível do respectivo concelho.

As actividades envolvidas na avaliação foram as seguintes:

- ◆ Na produção vegetal: Total de batata em cultura principal; Total de batata em cultura secundária sucessiva; Total de batata em cultura secundária associada sob-coberto de permanentes; Melão em cultura principal; Outras culturas extensivas em cultura principal; Total de culturas hortícolas extensivas em cultura secundária associada sob-coberto de permanentes; Culturas hortícolas intensivas ao ar livre ou abrigo baixo em cultura principal; Culturas hortícolas intensivas em estufa ou abrigo alto em cultura principal; Flores e plantas ornamentais ao ar livre ou abrigo baixo em cultura principal; Flores e plantas ornamentais em estufa ou abrigo alto em cultura principal; Horta familiar em cultura principal; Total de culturas hortícolas intensivas em cultura secundária

¹⁴ Metodologia estabelecida por Joaquim Cabral Rolo, EAN/INIA, Junho 2007.

¹⁵ Avillez, Francisco, Manuela N. Jorge, Carlos P. Trindade, Nuno Pereira, Pedro Serrano e Isabel Ribeiro (2004), *Rendimento e competitividade agrícolas em Portugal. Evolução recente, situação actual e perspectivas futuras*. Coimbra: Livraria Almedina, p. 198.

associada sob-coberto de permanentes; Total de flores e plantas ornamentais em cultura secundária associada sob-coberto de permanentes; Horta familiar em cultura secundária associada sob-coberto de permanentes; Total de frutos secos; Total de frutos frescos; Total de frutos sub-tropicais; Total de citrinos; Olival para azeitona de mesa; Olival para azeite; Vinha para vinho V.Q.P.R.D.; Outros tipos de vinha para vinho; Vinha para uva de mesa; Vinha para uva de passa; Total de viveiros; Vime; Outros tipos de culturas permanentes; Cogumelos.

Na produção animal: Novilhas reprodutoras para carne de dois anos e mais; Outras vacas de dois anos e mais; Novilhas reprodutoras para leite de dois anos e mais; Vacas leiteiras de dois anos e mais; Malatas leiteiras; Outras malatas; Ovelhas leiteiras; Outras ovelhas; Outros ovinos; Chibas leiteiras; Outras chibas; Cabras leiteiras; Outras cabras; Outros caprinos; Suínos com menos de 20 kg de PV; Fêmeas reprodutoras suínas de 50 kg de PV e mais; Outros suínos de 20 a 50 kg de PV; Porcos de engorda 50 kg de PV e mais; Varrascos; Coelhas reprodutoras; Frangos de carne (inclui galos); Galinhas poedeiras e reprodutoras; Perus; Patos, gansos e pintadas; Outras aves.

Produção florestal¹⁶: Silvicultura Total; Madeira; Cortiça.

¹⁶ A MBS foi obtida a partir dos valores económicos avaliados em VAB em 1999. A passagem dos valores concelhios para as respectivas freguesias acompanha a dimensão, revelada pelo RGA99, de "terras com matas e florestas" (sem culturas sob coberto).

Anexo 3. Nota sobre o potencial produtivo das espécies florestais segundo os PROF

A Região Centro está coberta por seis Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF). Quatro deles coincidem com NUT III e guardaram a mesma designação: Dão-Lafões, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul e Beira Interior Sul. Os dois restantes agregam, cada um, três NUT: o PROF do Centro Litoral que engloba as NUT III do Baixo Vouga, do Baixo Mondego e do Pinhal Litoral, e o PROF da Beira Interior Norte que inclui a NUT com esta designação e as da Serra da Estrela e da Cova da Beira.

Os PROF determinam o potencial produtivo das principais espécies florestais: pinheiro bravo, eucalipto, sobreiro, azinheira, castanheiro, carvalho alvarinho, carvalho cerquinho e carvalho negral.

O modelo utilizado para a definição do potencial produtivo utilizou de forma faseada informação de origem e natureza diferente. Numa primeira fase combinou as variáveis do clima (temperatura e precipitação), do terreno (altimetria, inclinação e exposição) e da litologia com a distribuição das espécies. Numa segunda fase através de um modelo estatístico baseado nos dados do *Inventário Florestal* definiu a aptidão produtiva. No caso do pinheiro e do eucalipto o *Inventário* forneceu o índice de qualidade das estações (a partir da altura dominante).

A aptidão produtiva foi traduzida numa escala com cinco níveis: 1 - marginal; 2 - desfavorável; 3 - regular; 4 - favorável; 5 - ótimo.

Os PROF representam cartograficamente cada um destes níveis para as espécies indicadas.